



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017

Brasília – DF
Março/2018



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017

Relatório de Gestão apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Prestadora de Contas está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, das Decisões Normativas TCU nº 161/2017 e 163/2017 e da Portaria TCU nº 65, de 28 de fevereiro de 2018.

**Brasília – DF
Março/2018**

Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional
General-de-Exército Sergio Westphalen Etchegoyen

Secretário-Executivo do Gabinete de Segurança Institucional
General-de-Divisão Marco Antônio Freire Gomes

Secretário de Segurança e Coordenação Presidencial
General-de-Brigada Nilton José Batista Moreno Júnior

Secretário de Coordenação de Sistemas
Contra-Almirante Noriaki Wada

Secretário de Assuntos de Defesa e Segurança Nacional
Major-Brigadeiro Dilton José Schuck

Diretor do Departamento de Gestão da Secretaria-Executiva do GSI
Armando Machado de Sousa - Coronel

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

ABIN – Agência Brasileira de Inteligência
APF – Administração Pública Federal
CCCEN - Centro de Coordenação e Controle de Emergência Nuclear
CDCiber/MD - Centro de Defesa Cibernética do Ministério da Defesa
CDN – Conselho de Defesa Nacional
CERT.br - Centro de Estudos, Resposta e Tratamento de Incidentes de Segurança no Brasil
CESTGEN - Centro Estadual de Gerenciamento de Emergência Nuclear
CGSI – Comitê Gestor de Segurança da Informação
CGGSIC - Coordenação-Geral de Gestão da Segurança da Informação e Comunicações
CGTIRs – Coordenação-Geral de Tratamento de Incidentes de Redes
CGU - Controladoria-Geral da União
CISSET – Secretaria de Controle Interno
CISSET/SG/PR – Secretaria de Controle Interno da Secretaria-Geral da Presidência da República
CM – Casa Militar
CM/PR – Casa Militar da Presidência da República
CMRI - Comissão Mista de Reavaliação de Informações
CNAAA – Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto
CNAGEM – Centro Nacional para Gerenciamento de uma Situação de Emergência Nuclear
COFIC – Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade
COPREN/AR – Comitê de Planejamento de Resposta a Situações de Emergência Nuclear no Município de Angra dos Reis
COPREN/RES – Comitê de Planejamento de Resposta a Situações de Emergência no Município de Resende
COPRON – Comissão de Coordenação da Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro
CPGF – Cartão de Pagamento do Governo Federal
CREDEN – Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Conselho de Governo
CTIR Gov - Centro de Tratamento de Incidentes de Segurança de Redes de Computadores da Administração Pública Federal
DAS – cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superior
DBR – Declaração de Bens e Rendas
DGES – Departamento de Gestão
DIGEP – Diretoria de Gestão de Pessoas
DOU – Diário Oficial da União
DSIC – Departamento de Segurança da Informação e Comunicações
ESCAV – Escalão Avançado
ETIR – Equipe de Tratamento e Respostas a Incidentes em Redes Computacionais
ER/SPO – Escritório de Representação em São Paulo
GeoPR - Sistema Georreferenciado de Monitoramento e Apoio à Decisão da Presidência da República
GLO – Garantia da Lei e da Ordem
GSI – Gabinete de Segurança Institucional
GSI/PR – Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República
GTSIC - Grupos Técnicos de Segurança das Infraestruturas Críticas

IN – Instrução Normativa
LAI – Lei de Acesso à Informação
LOA – Lei Orçamentária Anual
NA - Não Aplicáveis
NSC – Núcleo de Segurança e Credenciamento
OCI - Órgão de Controle Interno
OD – Ordenador de Despesas
OFSS – Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
PAOF – Plano Anual de Outorga Florestal
PEE/RJ – Plano de Emergência Externo do Estado do Rio de Janeiro
OCI – Órgão de Controle Interno
PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual
POP – Procedimento Operacional Padrão
PR – Presidência da República
RG – Relatório de Gestão
RO – Residência Oficial
RP – Restos a Pagar
SA – Secretaria de Administração
SA/SG/PR – Secretaria de Administração da Secretaria-Geral da Presidência da República
SE – Secretário-Executivo
SEGOV – Secretaria de Governo
SG – Secretaria-Geral
SGTSIC – Subgrupo Técnico de Segurança das Infraestruturas Críticas
SIC – Segurança da Informação e Comunicações
SIC/GSI/PR – Serviço de Informação ao Cidadão do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República
SIC/PP – Serviço de Informação ao Cidadão do Palácio do Planalto
SICASP – Sistema de Capacitação de Agentes de Segurança Pessoal
SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIPRON – Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro
SISBIN – Sistema Brasileiro de Inteligência
SUPRIM – Sistema de Controle de Suprimento de Fundos
TAC – Termo de Ajustamento de Conduta
TCU – Tribunal de Contas da União
TI – Tecnologia da Informação
UG – Unidade Gestora
UGR – Unidade Gestora Responsável
UPC – Unidade Prestadora de Contas
VPR – Vice-Presidência da República
ZPE – Zonas de Planejamento de Emergência

LISTA DE QUADROS

4. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

Quadro A.4.3.2 – Ações de Responsabilidade da UJ – OFSS (Ação 2B27)

Quadro B.4.3.2 – Ações de Responsabilidade da UJ – OFSS (Ação 4693) Figura 3 – Mapa Quadro

A.4.3.4 - Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios

Quadro B.4.3.4 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse

Quadro C.4.3.4 – Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão

6. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

Quadro A.6.1.1.1 – Estrutura de pessoal da unidade da UJ

Quadro A.6.1.1.2 – Distribuição da Lotação Efetiva

Quadro A.6.1.1.3 – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Histórico do Gabinete de Segurança Institucional 1890-1930

Figura 2 – Organograma do Gabinete de Segurança Institucional

Figura 3 – Mapa Estratégico do Gabinete de Segurança Institucional 2018-2023

Figura 4 – Pedidos de informação realizados no âmbito da Lei de Acesso à Informação (LAI) e recebidos pelo SIC-GSI/PR no período de 2012 a 2017

LISTA DE ANEXOS

ANEXO I – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

ANEXO II – Macroprocessos Finalísticos

ANEXO III – Indicadores de Desempenho

ANEXO IV – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UPC

ANEXO V – Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64

ANEXO VI – Relatório de Situação Contábil

ANEXO VII – Contratação de Serviços de Limpeza e Higienização

SUMÁRIO

1. ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS

2. APRESENTAÇÃO

3. VISÃO GERAL

GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA - GSI/PR

3.1. Identificação da Unidade Prestadora de Contas

3.2. Finalidade e Competências

3.3. Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento do GSI/PR

3.4. Breve histórico da entidade

3.5. Ambiente de atuação

3.6. Organograma

3.7. Macroprocessos finalísticos

4. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

4.1. Planejamento Organizacional

4.1.1. Descrição sintética dos objetivos

4.1.2. Estágio de implementação do planejamento estratégico

4.1.3. Vinculação dos planos às competências institucionais e a outros planos

4.2. Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos

4.3. Desempenho orçamentário

4.3.1. Objetivos estabelecidos no PPA e resultados alcançados

4.3.2. Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual

4.3.3. Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

4.3.4. Execução descentralizada com transferência de recursos

4.3.4.1 Análise Crítica

4.3.4.2. Análise crítica e informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas

4.4. Desempenho operacional

4.5. Apresentação e análise de indicadores de desempenho

5. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

5.1. Descrição das estruturas de governança

5.2. Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

5.3. Gestão de riscos e controles internos

6. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

6.1. Gestão de Pessoas

6.1.1. Estrutura de pessoal

6.1.2. Demonstrativos das despesas com pessoal

6.1.3. Informações sobre os controles para mitigar riscos relacionados ao pessoal

6.1.4. Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

6.1.4.1. Contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância

6.1.4.2. Locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos

6.1.4.3. Contratação de estagiários

6.2. Gestão do Patrimônio e da infraestrutura

6.2.1. Gestão do Patrimônio imobiliário da União

6.3. Gestão da Tecnologia da Informação

6.3.1. Principais sistemas de informações

6.3.2. Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)

6.4. Gestão Ambiental e Sustentabilidade

6.4.1. Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

6.5. Gestão de fundos e programas

6.5.1. Identificação e informações dos fundos na gestão do GSI/PR

7. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

7.1. Canais de acesso do cidadão

7.2. Carta de Serviços ao cidadão

7.3. Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

7.4. Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

7.5. Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

8. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS E DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

8.1. Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

8.2. Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

8.3. Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

8.4. Relatório de Situação Contábil

8.5. Informações sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial

9. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

9.1. Tratamento de determinações e recomendações do TCU

9.2. Tratamento de recomendações do órgão de controle interno

9.3. Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao Erário

9.4. Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

9.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

9.6 Informações sobre as ações de publicidade e propaganda

10. ANEXOS E APÊNDICES

11. ROL DOS RESPONSÁVEIS

12. RELATÓRIO DA ÁREA DE CORREIÇÃO

13. DECLARAÇÕES DE INTEGRIDADE

2 - APRESENTAÇÃO

Este é o Relatório de Gestão que compõe o processo anual de contas do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e trata dos atos e fatos de gestão realizados no exercício 2017. Durante tal período, foram aprovados a estrutura organizacional do GSI/PR e o planejamento estratégico do órgão para o período de 2018 a 2023.

O presente documento foi elaborado conforme os normativos do Tribunal de Contas da União (TCU), que regulou a prestação de contas anual no âmbito da Administração Pública Federal (APF), e disponibiliza informações e demonstrativos sobre ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR).

O documento foi organizado de acordo como previsto na Portaria TCU nº 65, de 28 de fevereiro de 2018, e contempla os seguintes tópicos: visão geral do GSI/PR; planejamento organizacional e resultados; governança; gestão de riscos e controles internos; áreas especiais da gestão; relacionamento com a sociedade; informações contábeis e desempenho orçamentário e financeiro; conformidade da gestão e demandas de órgãos de controle.

Em uma análise da atuação do órgão diante do cenário nacional, em 2017, pode-se afirmar que houve o reconhecimento, uma vez mais, da importância do processo, do planejamento e do alinhamento dos objetivos com as demandas oriundas das missões institucionais do GSI/PR, bem como foi buscada a adequação dos procedimentos internos de gestão, o que propiciou maior efetividade, rapidez e tempestividade.

No exercício de 2017, a condução das atividades de segurança institucional, sob a responsabilidade do GSI/PR observou: as competências estabelecidas no Decreto nº 9031, de 12 de abril de 2017, que aprova a estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança no GSI/PR, remaneja cargos em comissão e funções de confiança e substitui cargos em comissões de Grupo - Direção e Assessoramento Superiores – DAS por funções comissionadas do Poder executivo - FCPE; a Medida Provisória nº 782, 31 de maio de 2017, que estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos ministérios; a Lei nº 8.183, de 11 de abril de 1991, que dispõe sobre a organização e funcionamento de Conselho de Defesa Nacional; o Decreto nº 893, de 12 de agosto de 1993, que aprova o Regulamento do Conselho de Defesa Nacional; o Decreto nº 4801, de 6 de agosto de 2003, que cria a Câmara das Relações Exteriores e Defesa Nacional, do Conselho de Governo; a Lei nº 12731, de 21 de novembro de 2012, que institui o Sistema de Proteção ao programa Nuclear Brasileiro – SIPRON e revoga o Decreto-Lei nº 1809, de 7 de outubro de 1990; a Política Nacional de Inteligência, fixada pelo Decreto nº 8793, de 29 de junho de 2016; e as Diretrizes emitidas pelo Ministro de Estado Chefe do GSI/PR.

Cabe ressaltar que dentre as competências do GSI/PR destacou-se a assistência direta ao Presidente da República no desempenho de suas atribuições, a análise e acompanhamento de questões com potencial de risco à estabilidade institucional, a coordenação das atividades de Inteligência federal e de segurança da informação e das comunicações; o assessoramento pessoal em assuntos militares e de segurança; com apoio técnico e administrativo ao funcionamento do Conselho de Defesa Nacional – CDN, as atividades de Órgão Central do Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro e o acompanhamento de assuntos pertinentes ao terrorismo e às infraestruturas críticas.

Como principais atividades desenvolvidas pelo GSI/PR em 2017, destacam-se:

1) a prevenção da ocorrência e o gerenciamento de crises em casos de grave ameaça à estabilidade institucional, como a realização de articulações com o Governo Federal e com o Governo do Estado do Rio de Janeiro, no âmbito da Segurança Pública, em apoio ao “Plano Rio”; e a representação no Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública (CGFNSP).

2) o planejamento e a coordenação de viagens presidenciais, sendo oitenta e três no País e dez no exterior; o zelo, em cerca de três mil eventos, pela segurança pessoal do Presidente da República e de seus familiares; a segurança dos palácios presidenciais e das residências do Presidente da República e do Vice-Presidente da República;

3) o acompanhamento de temas de interesse estratégico para o Estado e a segurança de Infraestruturas Críticas, com prioridade na avaliação de riscos, atividades inerentes à Secretaria-Executiva da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CREDEN, do Conselho de Governo; o exercício da função da Autoridade Nacional de Segurança em tratados, acordos e atos internacionais que envolvam o tratamento e a troca de informações sigilosas;

4) a elaboração da Política Nacional de Segurança da Informação (PNSI); a supervisão de Exercícios de Proteção Física e Emergência Nuclear em Angra dos Reis, Rio de Janeiro-RJ; a segurança física do transporte para exportação de urânio para a Argentina; e a remessa à Casa Civil da Minuta do Decreto do Comitê de Desenvolvimento do Programa Espacial Brasileiro.

O GSI/PR, em sua nova fase de reestruturação, repaginado, busca alinhar-se às modernas ferramentas de gestão, sem desprezar as experiências dos que escreveram a história, mas enxergando novos e profícuos horizontes em proveito de um Brasil melhor.

3. VISÃO GERAL DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS

3.1. Identificação da Unidade

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Presidência da República			Código SIORG: 26
Identificação da Unidade Prestadora de Contas			
Denominação Completa: Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.			
Denominação Abreviada: GSI/PR			
Código SIORG: 27	Código na LOA: 20101	Código SIAFI: 110322	
Natureza Jurídica: Órgão Público		CNPJ: 09.399.736/0001-59	
Principal Atividade: Administração Pública em Geral			Código CNAE: 8411-6/00
Telefones/Fax de Contato:	(61)3411-4226	(61) 3411-3188	(61) 3411-3427
Endereço Eletrônico: dges@presidencia.gov.br			
Página na Internet: http://www.gsi.gov.br			
Endereço Postal: Praça dos Três Poderes, Palácio do Planalto, Anexo II Superior, Sala 202, Brasília - DF, CEP: 70150-900.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e à estrutura da Unidade Prestadora de Contas			
- Decreto nº 9.031, de 12 de abril de 2017 (Estrutura Regimental do GSI/PR) - Portaria nº 91, de 26 de julho de 2017 (Regimento Interno do GSI/PR); - Portaria nº 37, de 4 de junho de 2012 (Regime Especial de Suprimento de Fundos); e - Lei nº 13.414, de 10 de janeiro de 2017 (Lei Orçamentária Anual para 2017).			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Prestadora de Contas			
Segurança, Eventos e Viagens Presidenciais: 1) NORMA III-2gsi01 - Viagens no País e Exterior, Mar 2001; 2) NORMA III-202 - Suprimento de Fundos, Jun 2002; 3) NORMA XI-001 - Normas Gerais de Ação - Viagens Presidenciais Nacionais, Dez 2002; 4) NORMA X-409 - Acesso de público ao Palácio do Planalto e Anexos, Out 2010; 5) Normas Gerais de Ação de Serviços, Eventos e Viagens, 2012; 6) Plano de Gestão 2015-2019, Out 2015; 7) Manual Doutrinário de Segurança Presidencial, Jan 2016; 8) Planos Escudo do Palácio do Planalto e Residências Oficiais, Ago 2016; 9) Normas Gerais Administrativas, Set 2016; 10) Procedimentos Operacionais Padrão do Departamento de Segurança, Nov 2017. 11) Regras de Engajamento para Atividades de Segurança de Instalações, Fev 2018; Segurança da Informação e Comunicações (SIC): 1) Livro Verde da Segurança Cibernética no Brasil; 2) Diretrizes para gestão de mudanças nos aspectos relativos à segurança da informação e comunicações nos Órgãos e Entidades da Administração Pública Federal; 3) Diretrizes para avaliação de conformidade nos aspectos relativos à segurança da informação e comunicações; 4) Gestão de Equipe de Tratamento e Respostas a Incidentes em Redes Computacionais (ETIR): Diretrizes para gerenciamento de incidentes em redes computacionais nos Órgãos e Entidades da Administração Pública Federal; 5) Diretrizes para implementação de controles de acesso relativos à segurança da informação e comunicações; 6) Diretrizes para elaboração de política de segurança da informação e comunicações nos Órgãos e Entidades da Administração Pública Federal; e 7) Estratégia de Segurança da Informação e Comunicações e de Segurança Cibernética da Administração Pública Federal 2015-2018 Versão 1.0; Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro (SIPRON): 1) Plano Geral de Atividades do Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro; e Conselho de Defesa Nacional (CDN) e Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDEN): 1) Terrorismo, 2003;			

- 2) Questões Indígenas, 2003;
- 3) Gerenciamento de Crises: Modelo e Inovação, 2004;
- 4) Ciclo de Estudos da Amazônia, 2004;
- 5) Faixa de Fronteira: Novos Paradigmas, 2004;
- 6) Movimentos Sociais - Papel a Desempenhar em uma Democracia, 2004;
- 7) A Opinião Pública e a Segurança do Estado, 2004
- 8) Desafios para a Atividade de Inteligência no Século XXI, 2004;
- 9) Terrorismo, 2005;
- 10) Cenários Estratégicos para o Brasil e seu Potencial para a Geração de Crises, 2005;
- 11) Operações de Paz, 2005;
- 12) Operação de Paz no Haiti, 2005;
- 13) Visão Estratégica dos Recursos do Mar, 2005;
- 14) Alianças Estratégicas para o Brasil: China e Índia, 2006;
- 15) Brasil-Argentina: Uma Relação Estratégica, 2006;
- 16) Mudanças Climáticas, 2007;
- 17) A assim chamada “Corrida Armamentista” e os Conflitos Transnacionais na América Latina, 2008;
- 18) Caderno Especial Amazônia: OFTA-SAEI, 2008;
- 19) Anais do VII Encontro Nacional de Estudos Estratégicos, 2008;
- 20) Crises na América do Sul: Lições e Perspectivas, 2008;
- 21) Fronteiras e Segurança Nacional: América do Sul, México e Estados Unidos, 2009;
- 22) Migrações na América do Sul, 2010;
- 23) A Difusão de Poder na Economia Globalizada: Estados, Empresas Transacionais e Cartéis de Drogas na América Latina, 2011;
- 24) A Emergência da China e suas Relações com a América Latina e África, 2011;
- 25) Conflitos Sociais na América Latina: Um Estudo a Partir das Relações Econômicas e Políticas, 2011;
- 26) Integração Energética Brasil-Venezuela: Um Modelo que Intensifica as Mudanças na Estrutura, 2011; e
- 27) Perspectivas para a Faixa de Fronteira, 2011.

Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
110322	Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
00001	Tesouro Nacional
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
110322	00001
Unidades Orçamentárias Relacionadas à Unidade Prestadora de Contas	
Código SIAFI	Nome
20101	Presidência da República

3.2. Finalidade e Competências

A missão do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República é trabalhar para a garantia da Segurança do Estado Brasileiro e, em consonância com o art. 1º do Anexo I do Decreto nº 9.031, de 12 de abril de 2017, compete ao GSI/PR:

I - assessorar direta e imediatamente o Presidente da República no desempenho de suas atribuições;

II - analisar e acompanhar questões com potencial de risco à estabilidade institucional;

III - prevenir a ocorrência e articular o gerenciamento de crises em caso de grave e iminente ameaça à estabilidade institucional;

IV - coordenar as atividades:

a) de inteligência federal; e

- b) de segurança da informação e das comunicações;
 - V - realizar o assessoramento pessoal em assuntos militares e de segurança;
 - VI - planejar e coordenar viagens presidenciais no País e no exterior, em articulação com o Ministério das Relações Exteriores;
 - VII - zelar, assegurado o exercício do poder de polícia, pela:
 - a) segurança pessoal do Presidente da República, do Vice-Presidente da República, e de seus familiares, e, quando determinado pelo Presidente da República, dos titulares dos órgãos essenciais da Presidência da República e de outras autoridades ou personalidades; e
 - b) segurança dos palácios presidenciais e das residências do Presidente da República e do Vice-Presidente da República;
 - VIII - apoiar técnica e administrativamente o funcionamento do Conselho de Defesa Nacional - CDN;
 - IX - exercer as atividades:
 - a) de Secretaria-Executiva da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional - Creden do Conselho de Governo; e
 - b) de Órgão Central do Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro;
 - X - realizar o acompanhamento de assuntos pertinentes a:
 - a) terrorismo e às ações voltadas para a sua prevenção, e intercambiar subsídios para a elaboração da avaliação de risco de ameaça terrorista; e
 - b) infraestruturas críticas, com prioridade aos que se referem à avaliação de riscos; e
 - XI - exercer as funções de autoridade nacional de segurança em tratados, acordos ou atos internacionais que envolvam o tratamento e a troca de informação sigilosa.
- § 1º Os locais onde o Presidente da República e o Vice-Presidente da República trabalham, residem, estejam ou haja a iminência de virem a estar, e adjacências, são áreas consideradas de segurança das referidas autoridades.
- § 2º Ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República compete, ainda, adotar as medidas necessárias à proteção dos locais de que trata o § 1º e coordenar a participação de outros órgãos de segurança nessas ações.

3.3 Normas e regulamentos de criação, alteração e funcionamento do GSI/PR

- Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017 - Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; altera a Lei no 13.334, de 13 de setembro de 2016; e revoga a Lei no 10.683, de 28 de maio de 2003, e a Medida Provisória no 768, de 2 de fevereiro de 2017;
- Lei nº 13.266, de 5 de abril de 2016 - Extingue e transforma cargos públicos; altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e a Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007; e revoga dispositivos da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003;
- Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016 - Altera as Leis nos 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e 11.890, de 24 de dezembro de 2008, e revoga a Medida Provisória nº 717, de 16 de março de 2016;
- Decreto nº 9.031, de 12 de abril de 2017 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, remaneja cargos em comissão e funções de confiança e

substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo – FCPE; e

- Portaria nº 91, de 26 de julho de 2017 - Aprova o Regimento Interno do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

3.4 Breve histórico

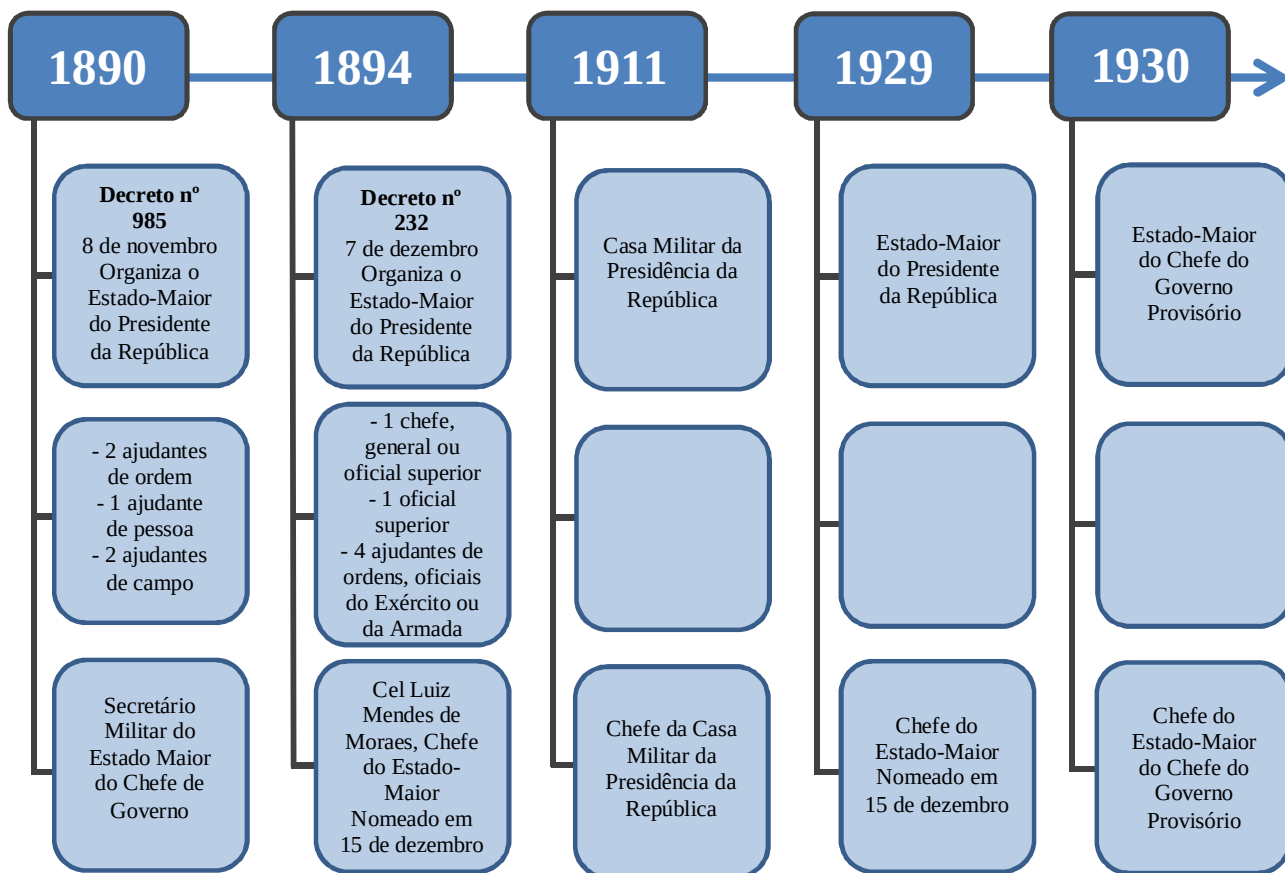


Figura 1 – Histórico do Gabinete de Segurança Institucional 1890-1930

O Gabinete de Segurança Institucional é originário da Secretaria Militar do Estado-Maior do Chefe de Governo da Presidência da República, de 1890. Essa estrutura foi efetivada como Casa Militar da Presidência da República em 1911. Em 1938, criou-se formalmente o Gabinete Militar da Presidência da República, por meio do Decreto-Lei nº 920. Em princípio, o órgão contava com o reduzido efetivo de um Oficial-General e alguns militares da Marinha do Brasil e do Exército Brasileiro e tinha atribuições voltadas à preservação da segurança do Chefe de Estado e dos palácios, ao cerimonial militar e ao planejamento e a execução das viagens presidenciais.

Posteriormente, em maio de 1974, a Lei nº 6.036 deu ao Chefe do Gabinete Militar a condição de Ministro de Estado. Entretanto, em abril de 1990, a Lei nº 8.028 extinguiu tal cargo e criou o de natureza especial de Chefe do Gabinete Militar.

Em novembro de 1992, na transição entre os governos dos Presidentes Fernando Collor de Mello e Itamar Franco, o Gabinete Militar foi transformado em Casa Militar, cujo chefe passou novamente a ter *status* de Ministro de Estado. Por meio da Medida Provisória nº 1.911-10, editada em setembro de 1999, a Casa Militar foi transformada em Gabinete de Segurança Institucional da

Presidência da República que, além de herdar a função de acompanhar e estudar temas relacionados à segurança nacional, também absorveu atribuições atinentes à Secretaria-Executiva do Conselho de Defesa Nacional.

Em 1996, a Subsecretaria de Inteligência (SSI) da Presidência da República, órgão responsável pela política de inteligência do Governo Federal, passou a fazer parte da estrutura da Casa Militar. Em dezembro de 1999, a SSI foi transformada em Agência Brasileira de Inteligência (ABIN).

Em outubro de 2015, foi editada a Medida Provisória nº 696, posteriormente convertida na Lei nº 13.266, de 5 de abril de 2016, que dispôs sobre a reorganização da Presidência da República. A referida MP transformou o GSI/PR em Casa Militar da Presidência da República (CMPR), retirou o *status* de ministério do órgão e alguns de seus encargos.

O órgão manteve-se como Casa Militar por pouco mais de sete meses, quando, por meio da Medida Provisória nº 726, de 12 de maio de 2016, convertida na Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016, nova reforma administrativa foi realizada, a Casa Militar foi extinta e recriou-se o Gabinete de Segurança Institucional. O GSI/PR voltou a ter *status* de ministério e recuperou as competências que haviam sido retiradas do órgão, porém o decreto de sua estrutura organizacional encontra-se ainda em fase de aprovação.

3.5. Ambiente de atuação

O Gabinete de Segurança Institucional é um órgão essencial da Presidência da República (PR), mas sua Unidade Gestora não é uma UG plena. Devido a isso, o órgão depende da estrutura de outros órgãos da PR para exercer as atividades de sua área de competência.

Desta forma, no intuito de viabilizar licitações e contratos (aquisição de produtos e contratação de serviços), compra de passagens aéreas, pagamento de diárias, análises jurídicas e requisições de servidores civis, por exemplo, é preciso que os processos tramitem pelos órgãos da Secretaria de Administração da Secretaria-Geral da Presidência da República (SA/SG/PR) ou da Casa Civil da Presidência da República (CC/PR).

Tais fatos dificultam, por exemplo, que os processos do GSI/PR obtenham prioridade na tramitação, uma vez que as estruturas da SA/SG/PR e da CC/PR realizam o mesmo tipo de análise para todos os demais órgãos essenciais da Presidência da República.

Sendo assim, ainda que o Gabinete de Segurança Institucional possua ambiente de atuação muito bem delimitado, tendo em vista a particularidade de suas competências – sem concorrentes no âmbito da PR -, a dependência supracitada influencia no trâmite para geração de produtos e serviços desenvolvidos pela UPC.

3.6. Organograma

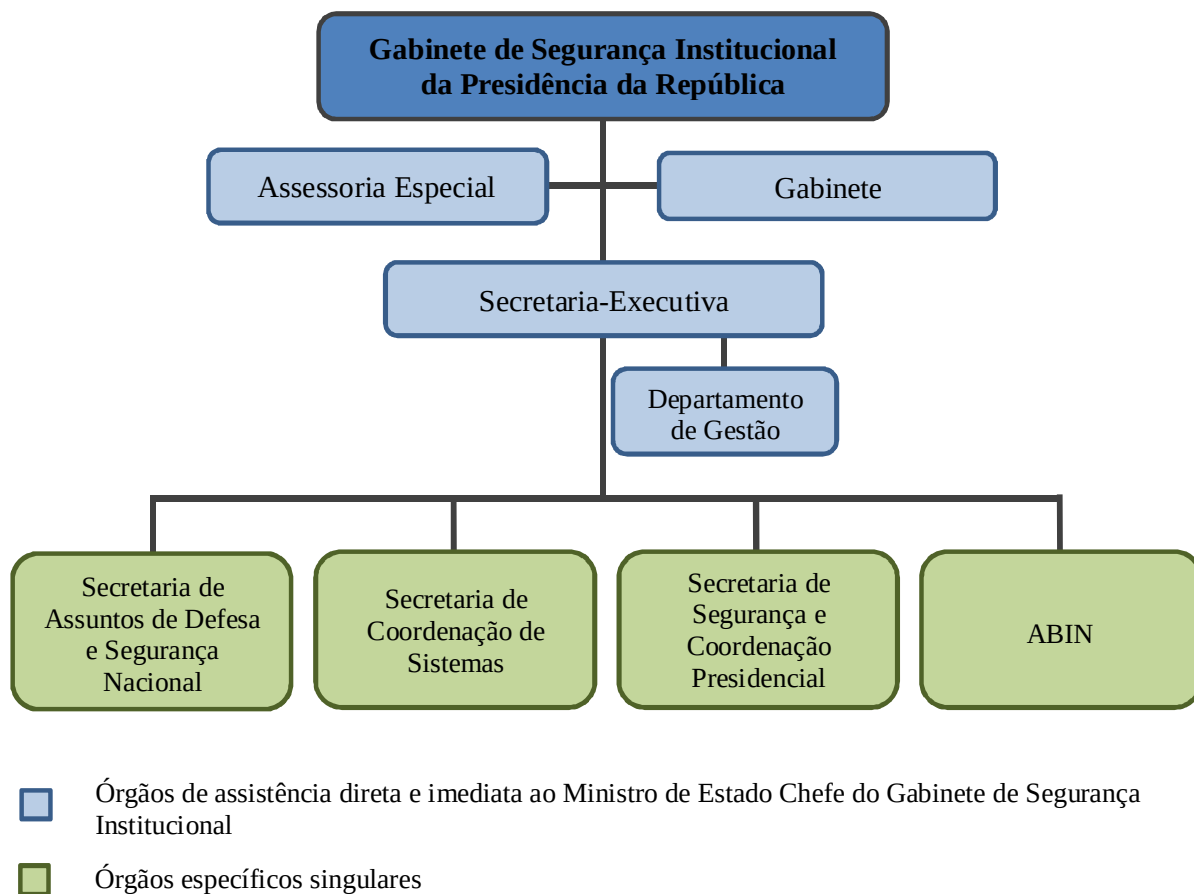


Figura 2 – Organograma do Gabinete de Segurança Institucional

As informações referentes às áreas ou subunidades estratégicas do Gabinete de Segurança Institucional encontram-se apresentadas no **Anexo I** - Quadro A.3.6 – Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas.

3.7. Macroprocessos finalísticos

Os macroprocessos finalísticos encontram-se apresentados no **Anexo II** - Quadro A.3.7 – Macroprocessos Finalísticos.

4. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

4.1. Planejamento organizacional

O último planejamento estratégico do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República englobou o período de 2013 a 2016, estando prevista para o ano de 2016 a elaboração de novo planejamento para o GSI/PR – que em 2015 havia sido transformado em Casa Militar da Presidência da República, com estrutura menor e menos competências do que possuía o Gabinete.

Entretanto, com a mudança de Governo ocorrida em 2016, o órgão foi novamente transformado de Casa Militar para Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, recuperando suas antigas competências, com acréscimo de algumas outras. Com isso, durante todo esse ano, os servidores do órgão estiveram voltados ao desenvolvimento da nova estrutura organizacional para o GSI/PR, atrelando as competências à estrutura necessária para atendê-las plenamente. O Decreto nº 9.031, que aprovou a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções de confiança do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, foi publicado em 12 de abril de 2017 e entrou em vigor em 28 de abril do mesmo ano.

Devido a isso, somente a partir de julho de 2017 o GSI/PR iniciou a elaboração de seu novo planejamento estratégico, referente ao período 2018-2023. A incerteza em relação à estrutura e às competências que o órgão teria após a mudança de governo não permitiu que o trabalho fosse realizado antes, uma vez que tais informações estão intrinsecamente relacionadas aos referenciais de um planejamento estratégico. Um grupo de trabalho (GT) para elaboração no novo planejamento foi constituído por meio da Portaria nº 97 – GSI/PR, de 4 de agosto de 2017. As atividades do GT tiveram início em 9 de agosto, contaram com o assessoramento de especialistas da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) e foi utilizada a metodologia de planejamento e gestão estratégica **Balanced Scorecard** (BSC), adaptada para a Administração Pública. O trabalho do grupo findou em 30 de novembro e o documento final foi aprovado pelo Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional em 14 de dezembro de 2017, por meio da Portaria nº 134 – GSI/PR.

Tendo em visto o fato de o novo planejamento estratégico ter sido finalizado apenas no fim do ano de 2017, não houve tempo hábil para avaliação de resultados ou acompanhamento de indicadores para apresentação neste Relatório de Gestão. Serão expostos aqui os referenciais estratégicos, os macroprocessos, os objetivos estratégicos, o mapa estratégico e os indicadores construídos no órgão ao longo do ano passado. A partir do Relatório de Gestão 2018, os resultados aferidos no GSI/PR serão inseridos no documento.

O novo planejamento tomou como base a concepção, de que o órgão se estrutura sobre dois valores públicos distintos: a proteção do Estado e a salvaguarda dos interesses nacionais. Em torno desses, foram construídos os objetivos estratégicos, descritos no item 4.1.2. a seguir, que definem o rumo que a instituição deve seguir.

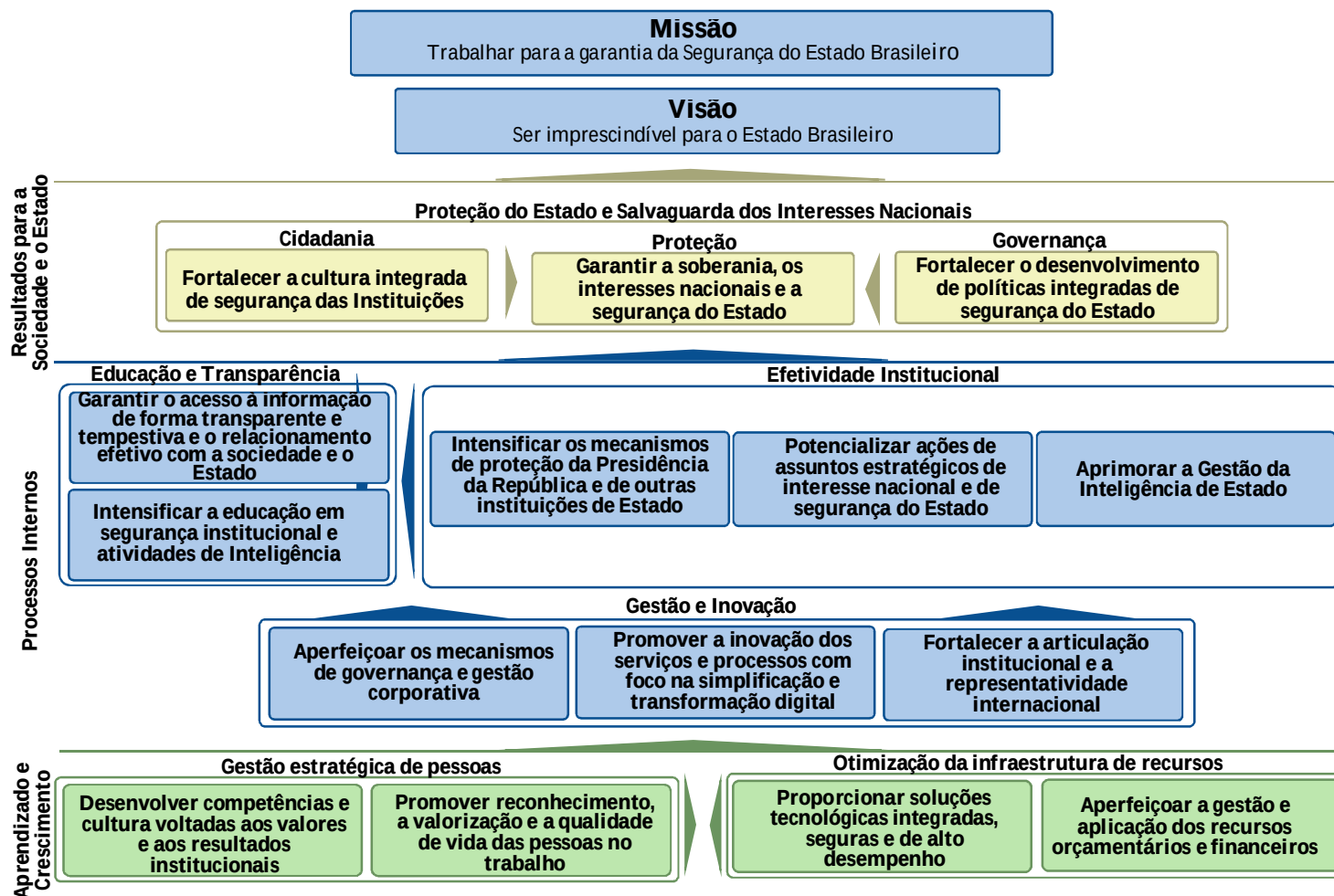
Emerge, a partir de agora, o desafio de alinhar o planejamento estratégico, com o intuito de direcionar as atividades do GSI/PR ao atingimento de novos objetivos, adequando necessidades, direcionando ações e apontando para o futuro almejado. Um dos próximos passos a ser dados é a criação de uma unidade na estrutura organizacional do Gabinete que será responsável pela gestão estratégica do órgão, orientando e consolidando as atividades resultantes dos desdobramentos do planejamento estratégico, da gestão de riscos e de outros planos correlatos. A minuta de alteração do decreto de estrutura do GSI/PR já está pronta, aguardando a aprovação do Ministro de Estado Chefe do órgão para ser enviada ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão para análise.

Como estratégia para alcance de seus objetivos a partir do exercício de 2018, em um cenário de contingenciamento de recursos orçamentário-financeiros, o Gabinete de Segurança Institucional priorizará a aplicação dos valores recebidos em ações diretamente relacionadas à segurança presidencial, em especial no que se refere à aquisição de passagens e ao pagamento de diárias dos servidores

responsáveis pela atividade e ao pagamento de despesas relativas aos contratos de despesas (comissária aérea, fornecimento de combustível).

A fim de realizar suas competências institucionais, legais e normativas, o Gabinete de Segurança Institucional implementará as diretrizes emanadas do Mapa Estratégico GSI/PR 2018-2023, buscando maximizar resultados e mitigar potenciais riscos, conforme o quadro abaixo.

MAPA ESTRATÉGICO GSI/PR 2018 – 2023



VALORES: PATRIOTISMO, VISÃO DE ESTADO, INTEGRAÇÃO E CREDIBILIDADE

Figura 3 – Mapa Estratégico do Gabinete de Segurança Institucional 2018-2023

4.1.1. Descrição Sintética dos objetivos

Os objetivos estratégicos do Gabinete de Segurança Institucional originaram-se dos dois valores públicos balizadores das atividades da UPC e foram definidos a partir das competências estabelecidas no Decreto nº 9.031/2017.

Objetivo estratégico 1: Fortalecer a cultura integrada de segurança das instituições;

Objetivo estratégico 2: Garantir a soberania, os interesses nacionais e a segurança do Estado;

Objetivo estratégico 3: Fortalecer o desenvolvimento de políticas integradas de segurança do Estado;

Objetivo estratégico 4: Garantir o acesso à informação de forma transparente e tempestiva e o relacionamento efetivo com a sociedade e o Estado;

Objetivo estratégico 5: Intensificar a educação em segurança institucional e atividades de Inteligência;

Objetivo estratégico 6: Aperfeiçoar os mecanismos de governança e gestão corporativa;

Objetivo estratégico 7: Promover a inovação dos serviços e processos com foco na simplificação e transformação digital;

Objetivo estratégico 8: Fortalecer a articulação institucional e a representatividade internacional;

Objetivo estratégico 9: Intensificar os mecanismos de proteção da Presidência da República e de outras instituições de Estado;

Objetivo estratégico 10: Potencializar ações de assuntos estratégicos de interesse nacional e de segurança do Estado;

Objetivo estratégico 11: Aprimorar a gestão da Inteligência de Estado;

Objetivo estratégico 12: Desenvolver competências e cultura voltadas aos valores e aos resultados institucionais;

Objetivo estratégico 13: Promover o reconhecimento, a valorização e a qualidade de vida das pessoas no trabalho;

Objetivo estratégico 14: Proporcionar soluções tecnológicas, integradas, seguras e de alto desempenho; e

Objetivo estratégico 15: Aperfeiçoar a gestão e aplicação dos recursos orçamentários e financeiros.

Para fortalecer a cultura integrada de segurança das instituições, serão realizadas as seguintes iniciativas:

1.a. prover a administração pública de instrumentos que permitam tratar a segurança como premissa;

1.b. desenvolver competências humanas, tecnológicas e processuais efetivas que contribuam para o desenvolvimento da maturidade em segurança institucional;

1.c. desenvolver normas, conhecimentos e atitudes, além de mecanismos e modelos de acompanhamento, avaliação, conformidade e “compliance”;

1.c. estimular as práticas de segurança para que se incorporem como hábitos individuais e valores institucionais.

Para garantir a soberania, os interesses nacionais e a segurança do Estado, serão realizadas as seguintes iniciativas:

2.a. fortalecer, nos limites legais da competência do GSI/PR, os mecanismos de Inteligência, de acompanhamento, análise, avaliação, assessoramento, articulação e ação, de maneira a promover oportunidade e sabedoria ao processo decisório e assegurar a ação do Estado como Instituição maior da Nação brasileira;

2.b. fortalecer a credibilidade das instituições de Estado de modo que elas sejam reconhecidas, junto à sociedade, pela garantia da soberania, pela salvaguarda dos interesses nacionais e pela segurança do Estado, preservando o Estado democrático de direito.

Para fortalecer o desenvolvimento de políticas integradas de segurança do Estado, serão realizadas as seguintes iniciativas:

3.a. desenvolver mecanismos e ações que permitam a integração das iniciativas, buscando a convergência dos esforços no sentido de promover o desenvolvimento da qualidade no ciclo vital do Estado e assegurando, não somente a sobrevivência do Estado, mas fortalecendo suas capacidades institucionais de oferecer à Nação as garantias de manutenção do estado democrático de direito, o seu desenvolvimento e sua capacidade de relacionamento no âmbito internacional;

3.b. capacitar o Estado, mediante regime próprio, a assegurar o Pacto Federativo e o Pacto Social, além de manter o exercício da soberania em prol da unidade nacional, assim como da incolumidade de seu território.

Para garantir o acesso à informação de forma transparente e tempestiva e o relacionamento efetivo com a sociedade e o Estado, serão realizadas as seguintes iniciativas:

4.a. fortalecer os mecanismos de acesso à informação com foco das Instituições de Estado e do cidadão, ampliando a oferta de serviços de segurança institucional junto aos Sistemas de Governo e à sociedade por meio de integração de dados e de canais de relacionamento;

4.b. fomentar e intensificar a utilização de canais remotos na prestação de serviços, bem como a divulgação de dados e informações a respeito de seu escopo de atuação, respeitadas as necessidades de proteção do conhecimento e da segurança das informações e comunicações;

4.c. estabelecer a política e diretrizes de gestão da informação e documentação que propicie e agilize o acesso à informação por diversos meios, com vista a implantação de processo digital e políticas de segurança da informação e comunicações;

4.d. garantir uma comunicação clara, objetiva, tempestiva, ágil, oportuna, consistente e acessível aos públicos externo e interno, por meio dos canais de comunicação disponíveis.

Para intensificar a educação em segurança institucional e atividades de inteligência, serão realizadas as seguintes iniciativas:

5.a. propor programas de conscientização, formação, capacitação e desenvolvimento de servidores, colaboradores e, em determinadas situações, oferecidos à cidadania conforme o interesse Institucional;

5.b. aperfeiçoar, padronizar e criar modelos referenciais em segurança institucional e em Inteligência do Estado;

5.c. fortalecer parcerias e a troca permanente de informações para a promoção de ações regressivas relativas aos incidentes, às crises, às ameaças, às vulnerabilidades e às oportunidades com potencial de impacto na segurança do Estado ou que possam afetar os interesses nacionais.

Para aperfeiçoar os mecanismos de governança e gestão corporativa, serão realizadas as seguintes iniciativas:

6.a. estabelecer e empoderar um núcleo de gestão estratégica com a responsabilidade de articular a execução do Planejamento Estratégico, propor alterações estruturais, promover o alinhamento de interesses entre os gestores, conduzir o monitoramento estratégico, publicar relatórios regulares mais transparentes, assessorar no processo de inovação institucional e produzir relatório de gestão corporativa;

6.b. incentivar o cumprimento das metas estabelecidas e acompanhar o desenvolvimento das iniciativas estratégicas aprovadas, assegurando a conformidade com os objetivos estabelecidos e disponibilizando metodologias adequadas aos projetos e processos institucionais, mantendo registros atualizados a respeito da eficiência, eficácia e efetividade da Instituição no cumprimento de sua missão e no alcance da visão de futuro;

6.c. efetivar o gerenciamento de processos de negócio na organização, sejam finalísticos, gerenciais ou de apoio, que estabeleçam como base essencial o “foco na Proteção do Estado e na Salvaguarda dos Interesses Nacionais”, por meio da realização da análise, modelagem, desenho, transformação, troca de experiências, cooperações técnicas e gerenciamento de desempenho de serviços e processos, com alcance aos serviços eletrônicos;

6.d. atestar a qualidade dos “Valores Públicos” entregues à sociedade e ao Estado e fomentar a melhoria contínua para a evolução institucional, desenvolvendo uma cultura de inovação;

6.e. assegurar clareza e objetividade nas normas institucionais;

6.f. promover a simplificação de procedimentos e garantir a uniformidade de decisões em todas as instâncias.

Para promover a inovação dos serviços e processos com foco na simplificação e transformação digital, serão realizadas as seguintes iniciativas:

7.a. assegurar a dinâmica necessária à era da informação, com flexibilidade e capacidade técnica de entrega oportuna, de qualidade e efetiva no que tange aos interesses nacionais e à segurança institucional;

7.b. incentivar a integração de dados entre as Instituições envolvidas nos processos do GSI/PR, assegurando a proteção do conhecimento, a segurança da informação e facilitando o acesso seguro e simplificado e, no que for possível, promovendo a transformação digital;

7.c. propor mudanças que possam afetar a percepção da sociedade e sua interação com os temas estratégicos de interesse nacional, inclusive os referentes à segurança do Estado;

7.d. promover a simplificação dos processos mapeados e assegurar a melhoria contínua dos processos, que consiste na análise do processo como se encontra atualmente visando a determinação de quais atividades podem ser melhoradas;

7.e. incorporar a tecnologia e metodologias ágeis em estratégias e processos, oferecendo uma velocidade de resposta maior diante das expectativas do cliente e tornando os processos mais eficientes por meio da introdução constante de inovações;

7.f. incentivar que clientes e demais **stakeholders** participem do processo de criação de valor. A principal contribuição é ir além da visão do que a Instituição acha que a sociedade deseja para ter respostas mais concretas dos anseios do seu público-alvo.

Para fortalecer a articulação institucional e a representatividade internacional, serão realizadas as seguintes iniciativas:

8.a. mapear as partes interessadas estabelecendo grupos de interesse;

8.b. estabelecer diretrizes de maneira a assegurar a potencialização dos valores e facilitar a materialização dos objetivos institucionais em todos os relacionamentos com as partes interessadas;

8.c. definir estratégias e tecnologias para gerenciar e analisar as interações Institucionais;

- 8.d. estabelecer um modelo de gestão de relacionamentos com as partes interessadas;
- 8.e. avaliar o grau de satisfação das partes interessadas na articulação com o GSI/PR;
- 8.f. estabelecer uma política de representatividade institucional que assegure a potencialização dos valores e a habilitação do poder de influência em favor dos interesses nacionais e da segurança do Estado brasileiro;
- 8.g. incrementar a representatividade nos âmbitos nacional e internacional.

Para intensificar os mecanismos de proteção da Presidência da República e de outras instituições de Estado, serão realizadas as seguintes iniciativas:

- 9.a. mapear e aprimorar os mecanismos de proteção, de modo a garantir a confiabilidade e o monitoramento da efetividade dos processos adotados para proteção institucional;
- 9.b. identificar vulnerabilidades, ameaças e oportunidades à segurança do Estado brasileiro e aos interesses nacionais;
- 9.c. acompanhar continuamente as tendências e fatos relacionados a temas estratégicos;
- 9.d. analisar cenários alternativos;
- 9.e. identificar variáveis determinantes;
- 9.f. produzir de documentos conclusivos;
- 9.g. prover assessoramento superior;
- 9.h. articular com diversos órgãos com potencial e responsabilidade de ação, de maneira a que as tendências indesejáveis possam ser evitadas, no que tange aos temas acompanhados.

Para potencializar ações de assuntos estratégicos de interesse nacional e de segurança do Estado, serão realizadas as seguintes iniciativas:

- 10.a. mapear os temas conjunturais e perenes de interesse nacional e afetos à segurança do Estado;
- 10.b. acompanhar continuamente as tendências e fatos relacionados a temas estratégicos;
- 10.c. analisar cenários alternativos;
- 10.d. identificar variáveis determinantes;
- 10.e. produzir de documentos conclusivos;
- 10.f. prover assessoramento superior;
- 10.g. articular com diversos órgãos com potencial e responsabilidade de ação, de maneira a que as tendências indesejáveis possam ser evitadas, no que tange aos temas acompanhados.

Para aprimorar a gestão da inteligência de Estado, serão realizadas as seguintes iniciativas:

- 11.a. desenvolver a atividade de Inteligência, de forma a fortalecer a atuação coordenada e integrada do SISBIN.

Para desenvolver competências e cultura voltadas aos valores e aos resultados institucionais, serão realizadas as seguintes iniciativas:

- 12.a. sistematizar a gestão por competências, incrementando a capacitação continuada, gerencial e profissional, com base no conhecimento técnico, de liderança, proatividade e comprometimento com os objetivos institucionais de todas as pessoas envolvidas no processo;

12.b. disseminar e internalizar os valores organizacionais: Patriotismo; Visão de Estado; Cooperação; Integração e Credibilidade, com foco nos resultados advindos do compartilhamento de boas condutas e práticas;

12.c. conscientizar os servidores acerca da responsabilidade socioambiental e com a sustentabilidade da Nação brasileira, incentivando-os a participarem ativamente.

Para promover o reconhecimento, a valorização e a qualidade de vida das pessoas no trabalho, serão realizadas as seguintes iniciativas:

13.a. mapear e maximizar a gestão de recursos humanos;

13.b. reconhecer o mérito dos servidores, ter política de valorização justa e transparente, associada ao desempenho individual e institucional;

13.c. promover clima organizacional construtivo, participativo e harmônico, com foco na qualidade de vida dos servidores.

Para proporcionar soluções tecnológicas, integradas, seguras e de alto desempenho, serão realizadas as seguintes iniciativas:

14.a. estabelecer uma Política de atualização tecnológica para o GSI/PR;

14.b. estabelecer o nível de maturidade em segurança e desempenho desejados. Identificar oportunidades de integração de dados;

14.c. desenvolver projetos cooperativos visando à implantação de soluções tecnológicas integradas;

14.d. desenvolver as competências necessárias e alinhar processos e tecnologia, de maneira a otimizar o alcance dos objetivos do GSI/PR.

Para aperfeiçoar a gestão e aplicação dos recursos orçamentários e financeiros, serão realizadas as seguintes iniciativas:

15.a. analisar a compatibilização do Plano Plurianual com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual e execução da despesa, evidenciando as metas, cumprimento e financiamento, de modo que se possa avaliar a aplicação de recursos nos parâmetros de excelência de como gastar bem, com transparência e controle, para que se tenha economicidade, eficiência e eficácia, com vistas a dar suporte estruturante à efetividade Institucional do GSI/PR.

Os objetivos estratégicos elencados acima possuem vinculação com os oito Programas Temáticos do Plano Plurianual – PPA 2016-2019 para os quais o GSI/PR contribui, direta ou indiretamente. Os recursos executados no órgão são provenientes da Ação 4693 do Programa Temático Gestão e Manutenção da Presidência da República e da Ação 2B27 do Programa Temático Política Nuclear. Para além disso, as atividades realizadas no Gabinete referentes à competência de Secretaria-Executiva do Conselho de Defesa Nacional, à segurança da informação e às atribuições de órgão central do Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro (SIPRON) impactam na consecução dos Programas Temáticos Desenvolvimento Regional e Territorial; Recursos Hídricos; Política Externa; Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública; Defesa Nacional e Política Nuclear.

Os resultados alcançados no exercício de 2017 encontram-se descritos no item 4.3.1 deste Relatório de Gestão.

Objetivo Estratégico 1 Fortalecer a cultura integrada de segurança das instituições
Subunidade estratégica responsável: Secretaria de Segurança e Coordenação Presidencial (SCP), Secretaria de Coordenação de Sistemas (SCS), Secretaria de Assuntos de Defesa e Segurança Nacional (SADSN) e Agência Brasileira de Inteligência (ABIN).
Macroprocessos finalísticos relacionados: - Gestão da Segurança de Instituições de Estado; - Gestão de Assuntos Estratégicos de Interesse Nacional; - Gestão de Inteligência de Estado.
Indicadores de desempenho: - Índice de Fortalecimento Cultural
Vinculação ao PPA 2016-2019: - Programa Temático 2101 - Gestão e Manutenção da Presidência da República, Ação 4693 - Programa Temático 2029 - Desenvolvimento Regional e Territorial, Objetivo 0792, Iniciativa 036R - Programa Temático 2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública, Objetivo 1158, Metas 04RF e 04RG - Programa Temático 2058 - Defesa Nacional, Objetivo 1119, Meta 04FJ - Programa Temático 2058 - Defesa Nacional, Objetivo 1123, Iniciativa 05R4 - Programa Temático 2059 - Política Nuclear, Ação 2B27 - Programa Temático 2082 - Política Externa, Objetivo 1140, Iniciativa 068X - Programa Temático 2084 - Recursos Hídricos, Objetivo 1026, Iniciativa 04NI.

Objetivo Estratégico 2 Garantir a soberania, os interesses nacionais e a segurança do Estado
Subunidades estratégicas responsáveis: - Secretaria de Segurança e Coordenação Presidencial (SCP), Secretaria de Coordenação de Sistemas (SCS), Secretaria de Assuntos de Defesa e Segurança Nacional (SADSN) e Agência Brasileira de Inteligência (ABIN).
Macroprocessos finalísticos relacionados: - Gestão da Segurança de Instituições de Estado; - Gestão de Assuntos Estratégicos de Interesse Nacional; - Gestão de Inteligência do Estado.
Indicadores de desempenho: - Índice de Resultado Institucional
Vinculação ao PPA 2016-2019: - Programa Temático 2101 - Gestão e Manutenção da Presidência da República, Ação 4693 - Programa Temático 2029 - Desenvolvimento Regional e Territorial, Objetivo 0792, Iniciativa 036R - Programa Temático 2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública, Objetivo 1158, Metas 04RF e 04RG - Programa Temático 2058 - Defesa Nacional, Objetivo 1119, Meta 04FJ - Programa Temático 2058 - Defesa Nacional, Objetivo 1123, Iniciativa 05R4 - Programa Temático 2059 - Política Nuclear, Ação 2B27 - Programa Temático 2082 - Política Externa, Objetivo 1140, Iniciativa 068X - Programa Temático 2084 - Recursos Hídricos, Objetivo 1026, Iniciativa 04NI.

Objetivo Estratégico 3 Fortalecer o desenvolvimento de políticas integradas de segurança do Estado
Subunidade estratégica responsável: Secretaria de Segurança e Coordenação Presidencial (SCP), Secretaria de Coordenação de Sistemas (SCS), Secretaria de Assuntos de Defesa e Segurança Nacional (SADSN) e Agência Brasileira de Inteligência (ABIN).
Macroprocessos finalísticos relacionados: - Gestão da Segurança de Instituições de Estado; - Gestão de Assuntos Estratégicos de Interesse Nacional; - Gestão de Inteligência do Estado.
Indicadores de desempenho: - Índice de Fortalecimento Integrado
Vinculação ao PPA 2016-2019: - Programa Temático 2101 - Gestão e Manutenção da Presidência da República, Ação 4693 - Programa Temático 2029 - Desenvolvimento Regional e Territorial, Objetivo 0792, Iniciativa 036R - Programa Temático 2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública, Objetivo 1158, Metas 04RF e 04RG - Programa Temático 2058 - Defesa Nacional, Objetivo 1119, Meta 04FJ - Programa Temático 2058 - Defesa Nacional, Objetivo 1123, Iniciativa 05R4 - Programa Temático 2059 - Política Nuclear, Ação 2B27 - Programa Temático 2082 - Política Externa, Objetivo 1140, Iniciativa 068X - Programa Temático 2084 - Recursos Hídricos, Objetivo 1026, Iniciativa 04NI.

Objetivo Estratégico 4 Garantir o acesso à informação de forma transparente e tempestiva e o relacionamento efetivo com a sociedade e o Estado
Subunidades estratégicas responsáveis: Secretaria-Executiva e Secretaria de Coordenação de Sistemas (SCS).
Macroprocesso finalístico relacionado: - Gestão da Segurança de Instituições de Estado; - Gestão de Assuntos Estratégicos de Interesse Nacional; - Gestão de Inteligência do Estado.
Indicador de desempenho: - Índice de Acesso à Informação
Vinculação ao PPA 2016-2019: - Programa Temático 2101 - Gestão e Manutenção da Presidência da República, Ação 4693 - Programa Temático 2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública, Objetivo 1158, Metas 04RF e 04RG - Programa Temático 2058 - Defesa Nacional, Objetivo 1119, Meta 04FJ - Programa Temático 2058 - Defesa Nacional, Objetivo 1123, Iniciativa 05R4 - Programa Temático 2082 - Política Externa, Objetivo 1140, Iniciativa 068X - Programa Temático 2084 - Recursos Hídricos, Objetivo 1026, Iniciativa 04NI.

Objetivo Estratégico 5
Intensificar a educação em segurança institucional e atividades de inteligência
Subunidade estratégica responsável: Secretaria de Segurança e Coordenação Presidencial (SCP), Secretaria de Coordenação de Sistemas (SCS), Secretaria de Assuntos de Defesa e Segurança Nacional (SADSN) e Agência Brasileira de Inteligência (ABIN).
Macroprocesso finalístico relacionado - Gestão da Segurança de Instituições de Estado; - Gestão de Assuntos Estratégicos de Interesse Nacional; - Gestão de Inteligência do Estado
Indicadores de desempenho - Índice de Educação de Segurança Institucional
Vinculação ao PPA 2016-2019: - Programa Temático 2101 - Gestão e Manutenção da Presidência da República, Ação 4693 - Programa Temático 2029 - Desenvolvimento Regional e Territorial, Objetivo 0792, Iniciativa 036R - Programa Temático 2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública, Objetivo 1158, Metas 04RF e 04RG - Programa Temático 2058 - Defesa Nacional, Objetivo 1119, Meta 04FJ - Programa Temático 2058 - Defesa Nacional, Objetivo 1123, Iniciativa 05R4 - Programa Temático 2059 - Política Nuclear, Ação 2B27 - Programa Temático 2082 - Política Externa, Objetivo 1140, Iniciativa 068X - Programa Temático 2084 - Recursos Hídricos, Objetivo 1026, Iniciativa 04NI.

Objetivo Estratégico 6
Aperfeiçoar os mecanismos de governança e gestão corporativa
Subunidade estratégica responsável: Secretaria-Executiva (SE), Secretaria de Segurança e Coordenação Presidencial (SCP), Secretaria de Coordenação de Sistemas (SCS), Secretaria de Assuntos de Defesa e Segurança Nacional (SADSN) e Agência Brasileira de Inteligência (ABIN).
Macroprocesso gerencial relacionado - Gestão do Desenvolvimento e Inovação Institucional; - Gestão Estratégica
Indicadores de desempenho - Índice de atendimento de metas globais
Vinculação ao PPA 2016-2019: - Programa Temático 2101 - Gestão e Manutenção da Presidência da República, Ação 4693 - Programa Temático 2029 - Desenvolvimento Regional e Territorial, Objetivo 0792, Iniciativa 036R - Programa Temático 2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública, Objetivo 1158, Metas 04RF e 04RG - Programa Temático 2058 - Defesa Nacional, Objetivo 1119, Meta 04FJ - Programa Temático 2058 - Defesa Nacional, Objetivo 1123, Iniciativa 05R4 - Programa Temático 2059 - Política Nuclear, Ação 2B27 - Programa Temático 2082 - Política Externa, Objetivo 1140, Iniciativa 068X - Programa Temático 2084 - Recursos Hídricos, Objetivo 1026, Iniciativa 04NI.

Objetivo Estratégico 7
Promover a inovação dos serviços e processos com foco na simplificação e transformação digital
Subunidade estratégica responsável: Secretaria-Executiva (SE) e Secretaria de Coordenação de Sistemas (SCS).
Macroprocesso gerencial relacionado - Gestão do Desenvolvimento e Inovação Institucional - Gestão da Informação e Documentação Macroprocesso de apoio relacionado - Gestão de Tecnologia da Informação
Indicadores de desempenho - Índice de Inovação de Processos e Serviços
Vinculação ao PPA 2016-2019: - Programa Temático 2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública, Objetivo 1158, Metas 04RF e 04RG - Programa Temático 2058 - Defesa Nacional, Objetivo 1119, Meta 04FJ

Objetivo Estratégico 8
Fortalecer a articulação institucional e a representatividade internacional
Subunidade estratégica responsável: Secretaria de Segurança e Coordenação Presidencial (SCP), Secretaria de Coordenação de Sistemas (SCS), Secretaria de Assuntos de Defesa e Segurança Nacional (SADSN) e Agência Brasileira de Inteligência (ABIN).
Macroprocesso finalístico relacionado - Gestão da Segurança de Instituições de Estado; - Gestão de Assuntos Estratégicos de Interesse Nacional; - Gestão de Inteligência do Estado
Indicadores de desempenho - Índice de Representação e Articulação Institucional
Vinculação ao PPA 2016-2019: - Programa Temático 2101 - Gestão e Manutenção da Presidência da República, Ação 4693 - Programa Temático 2029 - Desenvolvimento Regional e Territorial, Objetivo 0792, Iniciativa 036R - Programa Temático 2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública, Objetivo 1158, Metas 04RF e 04RG - Programa Temático 2058 - Defesa Nacional, Objetivo 1119, Meta 04FJ - Programa Temático 2058 - Defesa Nacional, Objetivo 1123, Iniciativa 05R4 - Programa Temático 2059 - Política Nuclear, Ação 2B27 - Programa Temático 2082 - Política Externa, Objetivo 1140, Iniciativa 068X - Programa Temático 2084 - Recursos Hídricos, Objetivo 1026, Iniciativa 04NI.

Objetivo Estratégico 9
Intensificar os mecanismos de proteção da Presidência da República e de outras instituições de Estado
Subunidade estratégica responsável:

Secretaria-Executiva (SE), Secretaria de Segurança e Coordenação Presidencial (SCP), Secretaria de Coordenação de Sistemas (SCS), Secretaria de Assuntos de Defesa e Segurança Nacional (SADSN) e Agência Brasileira de Inteligência (ABIN).

Macroprocesso finalístico relacionado

- Gestão da Segurança de Instituições de Estado;
- Gestão de Assuntos Estratégicos de Interesse Nacional;
- Gestão de Inteligência do Estado

Indicadores de desempenho

- Índice de Proteção da Presidência da República
- Índice de Acompanhamento das Infraestruturas Críticas
- Índice de Proteção Nuclear
- Índice de Proteção Cibernética
- Índice de Ações Normativas de Segurança da Informação

Vinculação ao PPA 2016-2019:

- Programa Temático 2101 - Gestão e Manutenção da Presidência da República, Ação 4693
- Programa Temático 2058 - Defesa Nacional, Objetivo 1119, Meta 04FJ
- Programa Temático 2059 - Política Nuclear, Ação 2B27

Objetivo Estratégico 10

Potencializar ações de assuntos estratégicos de interesse nacional e de segurança do Estado

Subunidade estratégica responsável:

Secretaria-Executiva (SE), Secretaria de Segurança e Coordenação Presidencial (SCP), Secretaria de Coordenação de Sistemas (SCS), Secretaria de Assuntos de Defesa e Segurança Nacional (SADSN) e Agência Brasileira de Inteligência (ABIN).

Macroprocesso finalístico relacionado

- Gestão da Segurança de Instituições de Estado;
- Gestão de Assuntos Estratégicos de Interesse Nacional;
- Gestão de Inteligência do Estado

Indicadores de desempenho

- Índice de Prevenção e Contenção de Crises
- Índice de Atuação no Setor Espacial

Vinculação ao PPA 2016-2019:

- Programa Temático 2101 - Gestão e Manutenção da Presidência da República, Ação 4693
- Programa Temático 2029 - Desenvolvimento Regional e Territorial, Objetivo 0792, Iniciativa 036R
- Programa Temático 2058 - Defesa Nacional, Objetivo 1119, Meta 04FJ
- Programa Temático 2058 - Defesa Nacional, Objetivo 1123, Iniciativa 05R4
- Programa Temático 2059 - Política Nuclear, Ação 2B27
- Programa Temático 2082 - Política Externa, Objetivo 1140, Iniciativa 068X
- Programa Temático 2084 - Recursos Hídricos, Objetivo 1026, Iniciativa 04NI

Objetivo Estratégico 11

Aprimorar a gestão da inteligência de Estado

Subunidade estratégica responsável: Agência Brasileira de Inteligência (ABIN).
Macroprocesso finalístico relacionado - Gestão de Inteligência do Estado
Indicadores de desempenho - Índice de Aprimoramento de Inteligência
Vinculação ao PPA 2016-2019: - Programa Temático 2101 - Gestão e Manutenção da Presidência da República, Ação 4693 - Programa Temático 2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública, Objetivo 1158, Metas 04RF e 04RG - Programa Temático 2058 - Defesa Nacional, Objetivo 1119, Meta 04FJ - Programa Temático 2058 - Defesa Nacional, Objetivo 1123, Iniciativa 05R4 - Programa Temático 2059 - Política Nuclear, Ação 2B27 - Programa Temático 2082 - Política Externa, Objetivo 1140, Iniciativa 068X - Programa Temático 2084 - Recursos Hídricos, Objetivo 1026, Iniciativa 04NI

Objetivo Estratégico 12 Desenvolver competências e cultura voltadas aos valores e aos resultados institucionais
Subunidade estratégica responsável: Secretaria-Executiva (SE), Secretaria de Segurança e Coordenação Presidencial (SCP), Secretaria de Coordenação de Sistemas (SCS), Secretaria de Assuntos de Defesa e Segurança Nacional (SADSN) e Agência Brasileira de Inteligência (ABIN).
Macroprocesso gerencial relacionado - Gestão do Desenvolvimento e Inovação Institucional Macroprocesso de apoio relacionado - Gestão de Pessoas
Indicadores de desempenho - Índice de Capacitação
Vinculação ao PPA 2016-2019: - Programa Temático 2101 - Gestão e Manutenção da Presidência da República, Ação 4693 - Programa Temático 2059 - Política Nuclear, Ação 2B27

Objetivo Estratégico 13 Promover o reconhecimento, a valorização e a qualidade de vida das pessoas no trabalho
Subunidade estratégica responsável: Secretaria-Executiva (SE), Secretaria de Segurança e Coordenação Presidencial (SCP), Secretaria de Coordenação de Sistemas (SCS), Secretaria de Assuntos de Defesa e Segurança Nacional (SADSN) e Agência Brasileira de Inteligência (ABIN).
Macroprocesso de apoio relacionado - Gestão de Pessoas
Indicadores de desempenho - Índice de Qualidade no Trabalho

Vinculação ao PPA 2016-2019:

- Programa Temático 2101 - Gestão e Manutenção da Presidência da República, Ação 4693
- Programa Temático 2059 - Política Nuclear, Ação 2B27

Objetivo Estratégico 14

Proporcionar soluções tecnológicas, integradas, seguras e de alto desempenho

Subunidade estratégica responsável:

Secretaria-Executiva (SE), Secretaria de Segurança e Coordenação Presidencial (SCP), Secretaria de Coordenação de Sistemas (SCS), Secretaria de Assuntos de Defesa e Segurança Nacional (SADSN) e Agência Brasileira de Inteligência (ABIN).

Macroprocesso de apoio relacionado

- Gestão de Tecnologia da Informação

Indicadores de desempenho

- Índice de Inovação Tecnológica

Vinculação ao PPA 2016-2019:

- Programa Temático 2101 - Gestão e Manutenção da Presidência da República, Ação 4693
- Programa Temático 2059 - Política Nuclear, Ação 2B27

Objetivo Estratégico 15

Aperfeiçoar a gestão e aplicação dos recursos orçamentários e financeiros

Subunidade estratégica responsável:

Secretaria-Executiva (SE), Secretaria de Segurança e Coordenação Presidencial (SCP), Secretaria de Coordenação de Sistemas (SCS), Secretaria de Assuntos de Defesa e Segurança Nacional (SADSN) e Agência Brasileira de Inteligência (ABIN).

Macroprocesso de apoio relacionado

- Gestão Financeira e Contábil

Indicadores de desempenho

- Índice de Execução Orçamentária

Vinculação ao PPA 2016-2019:

- Programa Temático 2101 - Gestão e Manutenção da Presidência da República, Ação 4693
- Programa Temático 2059 - Política Nuclear, Ação 2B27

4.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico

Conforme informado no item 4.1, o atual planejamento estratégico do GSI/PR, relativo ao período de 2018 a 2023, foi elaborado ao longo do ano de 2017. Um dos referenciais utilizados para a elaboração do documento foi a Lei nº 13.341, de 29 de setembro de 2016, que recriou o GSI – antes Casa Militar – e trouxe de volta ao órgão a Agência Brasileira de Inteligência e suas antigas atribuições.

Uma vez que o novo planejamento estratégico foi aprovado pelo Ministro de Estado Chefe do Gabinete apenas no final do ano, o estágio atual de implementação do documento é a criação de uma unidade dentro da estrutura organizacional do órgão para realizar a gestão estratégica

decorrente do planejamento. O passo seguinte será dar início ao acompanhamento e monitoramento dos resultados do planejamento, por meio dos indicadores construídos.

4.1.3. Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

Os objetivos estratégicos do GSI/PR originaram-se dos dois pilares balizadores das atividades da UPC, quais sejam, a produção de conhecimentos e a segurança institucional, tendo sido construídos a partir das competências estabelecidas no Decreto nº 9.031/2017, que aprovou a estrutura regimental do Gabinete de Segurança Institucional.

Conforme descrito no item 4.1.1, as ações desenvolvidas no âmbito dos objetivos estratégicos da UPC possuem vinculação com oito Programas Temáticos do Plano Plurianual – PPA 2016-2019 e os recursos executados no órgão são provenientes da Ação 4693 do Programa Temático Gestão e Manutenção da Presidência da República e da Ação 2B27 do Programa Temático Política Nuclear. Afora isso, as atividades realizadas no Gabinete impactam no desenvolvimento dos Programas Temáticos Desenvolvimento Regional e Territorial; Recursos Hídricos; Política Externa; Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública; Defesa Nacional e Política Nuclear. Os resultados alcançados no exercício de 2017 encontram-se descritos no item 4.3.1 deste Relatório de Gestão.

4.2. Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos

As subunidades do GSI/PR realizam o monitoramento da execução dos objetivos estratégicos sob sua responsabilidade, e dos respectivos resultados alcançados, por meio de avaliações periódicas estabelecidas em seus planos de gestão.

4.3. Desempenho Orçamentário

4.3.1. Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados

O orçamento do Gabinete de Segurança Institucional foi aprovado por meio da Lei nº 13.414 (Lei Orçamentária Anual – LOA), de 10 de janeiro de 2017, e alcançou os montantes de R\$19.100.000,00 (dezenove milhões e cem mil reais) na Ação 4693 do Programa Temático Gestão e Manutenção da Presidência da República e R\$900.000 (novecentos mil reais) na Ação 2B27 do Programa Temático Política Nuclear, ambos executados pelo GSI/PR.

Ainda em relação ao PPA, O Gabinete de Segurança Institucional participa do Plano Plurianual 2016-2019, de forma indireta, ou seja, não como órgão responsável nos Programas Temáticos dos quais participa:

Programa Temático Defesa Nacional – 2058

Objetivo 1119 - Desenvolver e elevar capacidades nas áreas estratégicas da cibernética, nuclear, espacial e nas áreas de comunicações, comando e controle, inteligência e segurança da informação.

Órgão responsável: Ministério da Defesa

Meta 04FJ - Reduzir os riscos de ataques cibernéticos às redes computacionais do Governo Federal. Subunidade do Gabinete de Segurança Institucional encarregada: Departamento de Segurança da Informação e Comunicações (DSIC) da Secretaria de Coordenação de Sistemas (SCS)

Resultados alcançados pelo DSIC/SCS do Gabinete de Segurança Institucional em 2017:

No tocante às áreas segurança da informação e segurança cibernética, o GSI/PR, por meio do seu Departamento de Segurança da Informação e Comunicações (DSIC), promoveu o intercâmbio científico-tecnológico do Centro de Tratamento de Incidentes de Redes do Governo (CTIR Gov) junto a outros centros e Equipes de Tratamento a Incidentes de Redes (ETIR) de órgãos governamentais e empresas privadas, como: Centro de Defesa Cibernética (CDCiber/EB/MD); Centro de Estudos, Resposta e Tratamento de Incidentes de Segurança no Brasil (Cert.br); Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), CAIS/RNP e SERPRO; dentre outros, com vistas a elevar a capacidade de prevenção e resiliência do Estado brasileiro a ataques cibernéticos. Apoiou os órgãos e entidades da Administração Pública Federal (APF) direta e indireta no monitoramento, detecção, análise e, quando necessário, tratamento aos incidentes de segurança ocorridos em suas redes de computadores, tendo emitido diversas notificações e 8 (oito) alertas para que os órgãos se precavesses contra ameaças iminentes ou ocorridas em outras Pastas. Também incentivou e contribuiu, no âmbito da APF, para a capacitação de agentes públicos em Segurança da Informação e Comunicações e Segurança Cibernética, com realização de oficinas, workshop e eventos, bem como participando, como palestrante, em seminários promovidos por outros órgãos. Foi ministrada palestra pelo coordenador-geral do Núcleo de Segurança e Credenciamento (NSC) para o Estado-Maior da Aeronáutica, apresentando a importância da utilização dos recursos criptográficos de Estado no tratamento da informação classificada em meio digital. Houve a capacitação de dois integrantes do NSC, por meio da participação no Curso de Segurança Industrial e Curso Geral de Informação Classificada no Gabinete Nacional de Segurança, em Lisboa, Portugal. Foram ministradas duas Instruções pelo NSC sobre o processo de habilitação e credenciamento de segurança para órgãos e entidades governamentais para o tratamento da informação classificada, durante o curso de segurança orgânica realizado pela Agência Brasileira de Inteligência (ABIN).

Programa Temático Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública – 2038

Objetivo 1158 - Aumentar a eficiência da ação do Estado mediante o uso integrado da tecnologia da informação e o aprimoramento da gestão, contribuindo para a segurança da informação e comunicações e a segurança cibernética.

Órgão responsável: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

Meta 04RF - Implantar metodologia de aferição do nível de maturidade em segurança da informação e comunicações e em segurança cibernética no Governo Federal

Subunidade do Gabinete de Segurança Institucional encarregado: Departamento de Segurança da Informação e Comunicações (DSIC) da Secretaria de Coordenação de Sistemas (SCS)

Meta 04RG - Promover a elevação do nível de maturidade em segurança da informação e comunicações e em segurança cibernética no Governo Federal

Subunidade do Gabinete de Segurança Institucional encarregada: Departamento de Segurança da Informação e Comunicações (DSIC) da Secretaria de Coordenação de Sistemas (SCS)

Resultados alcançados pelo DSIC/ SCS do Gabinete de Segurança Institucional em 2017:

Foi instituído um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) com a finalidade de produzir uma proposta de Política Nacional de Segurança da Informação (PNSI). O GTI foi composto por representantes de 11 ministérios. A proposta apresentada pelo GTI apresenta diversos aspectos relevantes para o fortalecimento do setor cibernético no Brasil. Além da participação dos órgãos previstos no GTI, houve contribuição de vários atores da administração pública, do setor privado, da academia e outros. Dentre diversos objetivos descritos na proposta de PNSI, destacam-se o fomento para o desenvolvimento tecnológico e inovação, a formação e qualificação dos recursos humanos, o fortalecimento da cultura de segurança da informação na sociedade, objetivos estes que contribuem para o desenvolvimento e elevação das capacidades na área estratégica da cibernética, esta proposta de PNSI encontra-se em fase de análise jurídica pela Casa Civil da Presidência da República. Também foram realizadas oficinas sobre temas relevantes para a segurança da informação, como: credenciamento de segurança para o tratamento com informação classificada,

política de segurança da informação. Foram ministradas palestras nos órgãos da administração pública federal sobre a gestão de segurança da informação e comunicações e também segurança da informação nas infraestruturas crítica do país. Criou-se um GTI para rever a norma complementar nº que trata sobre computação em nuvem. Foram desenvolvidas ações de capacitação dos servidores do DSIC em organismos, nacionais e internacionais, credenciados e creditados na área cibernética. Houve participação do DSIC reuniões de definição de posição do governo relacionada a projetos de lei, como exemplo: Projeto de Lei sobre Dados Pessoais (PLS 330/2013). Tanto a proposta de PNSI, as atividades de capacitação e sensibilização executadas pelo DSIC, a criação de GTI, o aprimoramento da capacitação do pessoal interno do DSIC e a participação do DSIC em análises de Projetos de Lei favoreceram o desenvolvimento e elevação das capacidades nas áreas estratégicas atinentes à segurança da informação e à segurança cibernética.

Programa Desenvolvimento Regional e Territorial – 2029

Objetivo 0792 – Prover a constituição de infraestrutura complementar na Faixa de Fronteira para o Desenvolvimento Regional

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Iniciativa 036R – Apoio à implementação de obras na Faixa de Fronteira, conforme priorização de propostas dos Planos Estaduais de Faixa de Fronteira.

Subunidade do Gabinete de Segurança Institucional encarregada: Coordenação-Geral de Assuntos de Defesa Nacional (CGADN), do Departamento de Assuntos de Defesa Nacional (DADN), da Secretaria de Assuntos de Defesa e Segurança Nacional (SADSN)

Programa Defesa Nacional – 2058

Objetivo 1123 - Monitorar, controlar e defender o espaço terrestre, aéreo e as águas jurisdicionais brasileiras

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Iniciativa 05R4 – Ampliação da capacidade operacional do Exército Brasileiro, para atuar na fronteira terrestre em conjunto com outros órgãos governamentais, em operações interagências.

Subunidade do Gabinete de Segurança Institucional encarregada: Coordenação-Geral de Assuntos de Defesa Nacional (CGADN), do Departamento de Assuntos de Defesa Nacional (DADN), da Secretaria de Assuntos de Defesa e Segurança Nacional (SADSN)

Programa Política Externa – 2082

Objetivo 1140 - Fortalecer a integração regional, com ênfase na América do Sul, contribuindo para a formação de um espaço de paz e desenvolvimento.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Iniciativa 068X – Celebração e implementação de acordos sobre localidades fronteiriças *vinculadas*, com vistas a melhorar a qualidade de vida e a facilitar as atividades cotidianas do cidadão fronteiriço. 068Y – [...] incentivar a coordenação de ações conjuntas [...].

Subunidade do Gabinete de Segurança Institucional encarregada: Coordenação-Geral de Assuntos de Defesa Nacional (CGADN), do Departamento de Assuntos de Defesa Nacional (DADN), da Secretaria de Assuntos de Defesa e Segurança Nacional (SADSN)

Programa Recursos Hídricos – 2084

Objetivo 1026 - Fortalecer os entes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, por meio de promoção da integração federativa, da articulação intersetorial e do apoio às estruturas colegiadas

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Iniciativa 04NI – Promoção da Integração federativa para a gestão das águas subterrâneas e dos recursos hídricos fronteiriços e transfronteiriços.

Subunidade do Gabinete de Segurança Institucional encarregada: Coordenação-Geral de Assuntos de Defesa Nacional (CGADN), do Departamento de Assuntos de Defesa Nacional (DADN), da Secretaria de Assuntos de Defesa e Segurança Nacional (SADSN)

Resultados Alcançados em 2017 pelo CGADN/DADN/SADSN em relação aos programas 2029, 2058, 2082 e 2084:

O Conselho de Defesa Nacional (CDN) atua, de maneira subsidiária, na promoção da integração e do desenvolvimento dos municípios da faixa de fronteira, bem como na proposição de critérios e condições de utilização das áreas indispensáveis à segurança do território nacional e na manifestação sobre seu efetivo uso, especialmente na faixa de fronteira e nas relacionadas com a preservação e a exploração dos recursos naturais de qualquer tipo, dentre outras competências. Cabe ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República executar as atividades permanentes necessárias ao exercício da competência do CDN. Em 2017 houve a concessão de 199 (cento e noventa e nove) atos de Assentimento Prévio, 258 (duzentos e cinquenta e oito) pareceres técnico-jurídicos e 59 manifestações no âmbito da Secretaria-Executiva do Conselho de Defesa Nacional (SE/CDN). O CDN foi consultado, dentre outros temas, sobre exportação de urânio, delimitação de áreas remanescentes de 26 (vinte e seis) comunidades quilombolas, 10 (dez) proposições legislativas, e cerca de 240 (duzentos e quarenta) instrumentos da OCDE no processo de análise para adesão do Brasil. Ainda no âmbito da Coordenação-Geral de Assuntos de Defesa Nacional (CGADN), do Departamento de Assuntos de Defesa Nacional (DADN), da Secretaria de Assuntos de Defesa e Segurança Nacional (SADSN), do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR), esta subsidiou a tomada de decisão da Secretaria-Executiva do Conselho de Defesa Nacional (SE/CDN), tendo sido processadas análises sobre criação de unidades de conservação e planos de manejo, aquisição de terras por estrangeiro, exploração mineral, radiodifusão, construção de aeródromos, regularização fundiária, acesso ao patrimônio genético e conhecimento tradicional associado, e expedições científicas, na faixa de fronteira. Nesse sentido, buscou-se atender aos anseios da comunidade fronteiriça no fortalecimento do uso e ocupação da faixa de fronteira. Foram divulgados 247 (duzentos e quarenta e sete) *Clippings* Observatório da Fronteira a 559 (quinhentos e cinquenta e nove) usuários, sendo 56 (cinquenta e seis) do GSI/PR. Quanto ao aprimoramento metodológico, deu-se continuidade ao desenvolvimento de sistemas de registro, análise e acompanhamento dos temas afetos à competência do CDN, tendo sido concluído o módulo de Mineração no Sistema AssprevWeb, e iniciado o desenvolvimento dos módulos dos demais temas, preservando a memória institucional e dinamizando o processo de análise. Foram ainda estabelecidas parcerias para acesso ao patrimônio genético e conhecimento tradicional associado (junto ao Ministério do Meio Ambiente, por meio do Sistema SisGen), para desenvolvimento de portais únicos para remessa de dados cartoriais e manifestação do CDN (junto às representações estaduais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA/Casa Civil, por meio do Sistema Sisnate), e para desenvolvimento da Plataforma do CDN, projeto que objetiva facilitar o processo de análise e decisão do Conselho, bem como o respectivo monitoramento e geração de relatórios de gestão e estratégicos, no âmbito da competência do mesmo (junto à Secretaria Geral da PR), sendo que os 2 (dois) últimos passaram a compor, na Casa Civil/PR, o rol de projetos de desburocratização no âmbito da Presidência da República.

Programa Temático Política Nuclear - 2059

Objetivo 1068 – Fortalecer as atividades de proteção do público, dos trabalhadores e do meio ambiente por meio de ações de proteção radiológica, gerenciamento de rejeitos radioativos e resposta a situações de emergência.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Metas 2016-2019

- Aumentar de 3 para 6 a frequência dos exercícios de emergência e de segurança nuclear.

Iniciativas

- Preparação para resposta a situações de emergência radiológica ou nuclear.
- Modernização dos Centros de Resposta às Emergências Nucleares do Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro (SIPRON).

Subunidade do Gabinete de Segurança Institucional encarregada: Departamento de Coordenação do Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro (DCSipron) da Secretaria de Coordenação de Sistemas (SCS).

Resultados alcançados pelo DCSipron/SCS do Gabinete de Segurança Institucional em 2017:

Em 2017 foram realizados dois exercícios de resposta a emergências nucleares e um de resposta a evento de segurança física nuclear. O primeiro deles ocorreu na Fábrica de Combustível Nuclear (FCN), em Resende, onde foi simulado um ataque por drone, causando uma explosão no pátio de tancagem de amônia da Unidade II da FCN, durante o qual foram testados os procedimentos de resposta a esse tipo de evento. O segundo exercício ocorreu em Angra dos Reis, na Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto (CNAAA), onde se verificou a adequabilidade da cadeia de comunicações; a capacidade de mobilização de meios, pessoal e material; a disseminação de informações ao público e à imprensa; e a ativação dos Centros de Emergência em uma situação de emergência nuclear. O exercício de resposta a evento de segurança física ocorreu também na CNAAA. Os exercícios foram bem sucedidos e forneceram subsídios importantes para a garantia do elevado grau de segurança das instalações nucleares brasileiras. Para o cumprimento da meta foram planejados dois exercícios de resposta a emergência nuclear e um de segurança física nuclear para 2018, completando, assim, a meta estabelecida.

4.3.2. Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

Quadro A.4.3.2 – Ações de Responsabilidade da UJ – OFSS (Ação 2B27)

Identificação da Ação						
Código	2B27 Tipo: Atividade					
Título	Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro - SIPRON					
Iniciativa	027V - Modernização da infraestrutura, dos procedimentos, da capacitação e do sistema normativo do Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro (SIPRON).					
Objetivo	Aprimorar as atividades de proteção ao programa nuclear e o atendimento a emergências radiológicas e nucleares Código: 0573					
Programa	Política Nuclear - Código: 2059 Tipo: Atividade					
Unidade Orçamentária	20101 – Presidência da República					
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2017						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
900.000,00	883.110,00	462.823,71	428.983,33	424.272,01	4.711,32	33.840,38
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
- Aprimorar a metodologia e aumentar a frequência dos exercícios de emergência de forma a manter o elevado grau de segurança das instalações nucleares do país; - Modernizar o Centro Nacional para o Gerenciamento de uma Situação de Emergência Nuclear (CNAGEN).			Unidade	1	0	1
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
137.582,22	134.200,00	3.382,22	- Aprimorar a metodologia e aumentar a frequência dos exercícios de emergência de forma a manter o elevado grau de segurança das instalações nucleares do país; - Modernizar o Centro Nacional para o Gerenciamento de uma Situação de Emergência Nuclear (CNAGEN).		Unidade	1

Fonte: Tesouro Gerencial

Quadro B.4.3.2 – Ações de Responsabilidade da UJ – OFSS (Ação 4693)

Identificação da Ação						
Código	4693 Tipo: Atividade					
Título	Segurança institucional do Presidente da República e do Vice-presidente da República, respectivos familiares e outras autoridades					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República Código: 2101 Tipo: Atividade					
Unidade Orçamentária	20101 – Presidência da República					
Ação Prioritária	() Sim (X)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária 2017						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
19.100.000,00	18.787.538,00	10.630.971,98	6.956.313,80	6.929.795,59	26.518,21	3.672.765,66
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Segurança Presidencial			Unidade	1	0	1
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2017	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
2.297.780,13	2.195.921,32	48.161,89	Segurança Presidencial		Unidade	1

Fonte: Tesouro Gerencial

4.3.3 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário (análise crítica)

Conforme descrito no item 3.5 deste relatório, o Gabinete de Segurança Institucional é um dos órgãos essenciais da Presidência da República (PR) e sua Unidade Gestora não é uma UG plena. Devido a isso, o órgão depende da estrutura de outros órgãos da PR para exercer as atividades de sua área de competência.

Desta forma, no intuito de viabilizar licitações e contratos para aquisição de produtos e contratação de serviços é preciso que os processos tramitem pelas diversas unidades da Secretaria de Administração da Secretaria-Geral da Presidência da República (SA/SG/PR).

Tais fatos impediam, por exemplo, que os processos do GSI/PR obtivessem prioridade na tramitação, uma vez que a estrutura da SA/SG/PR realizava o mesmo tipo de análise para todos os demais órgãos essenciais da Presidência da República.

4.3.4 Execução descentralizada com transferência de recursos

Quadro A.4.3.4 - **Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios**

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República					
CNPJ:	09.399.736/0001-59					
UG/GESTÃO:	110322/00001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2017	2016	2015	2017	2016	2015
Contratos de Repasse	7	2	2	1.246.577,59	581.977,60	692.411,59
Totais	7	2	2	1.246.577,59	581.977,60	692.411,59

Fonte: SIAFI

Quadro B.4.3.4 - **Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.**

Unidade Concedente			
Nome: Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República			
UG/GESTÃO: 110322/00001			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e montante repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)
			Contratos de repasse (em R\$ 1,00)
Exercício do relatório de gestão	Contas Prestadas	Quantidade	-
		Montante Repassado	-
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	6
		Montante Repassado	1.180.337,59
Exercícios anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	3
		Montante Repassado	57.000,00

Fonte: SIAFI

Quadro C.4.3.4 – Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão

Unidade Concedente ou Contratante		
Nome: Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República		
UG/GESTÃO: 110322/00001		
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão		Instrumentos
		Contratos de repasse (Valores em R\$ 1,00)
Contas analisadas	Quantidade aprovada	0
	Quantidade reprovada	0
	Quantidade de TCE instauradas	0
	Montante repassado (R\$)	0
Contas NÃO analisadas	Quantidade	0
	Montante repassado (R\$)	0
Fonte: SIAFI		

4.3.4.1 Análise Crítica

Prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de Termo de Execução Descentralizada (TED) referente aos exercícios anteriores: o saldo de contas não prestadas, no valor de R\$ 57.000,00 (cinquenta e sete mil reais), refere-se a Termos de Execução Descentralizada do Departamento de Coordenação do Sistema de Proteção Nuclear (DCSIPRON), no qual as unidades ainda não apresentaram a devida prestação de contas. Já foram realizadas gestões junto ao SIPRON com a finalidade de saneamento dessas pendências.

4.3.4.2 Análise crítica e informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas

A Coordenação de Orçamento, Finanças e Contabilidade do Departamento de Gestão da Secretaria-Executiva do Gabinete de Segurança Institucional é a unidade responsável pela análise das prestações de contas dos recursos descentralizados pela UPC.

Formada por 5 (cinco) militares (um oficial e quatro praças - assistentes), a equipe demonstrou ser suficiente para realizar a verificação do volume de prestação de contas recebido pelo órgão anualmente.

O sistema utilizado para auxiliar no trabalho de avaliação é o SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal, por meio do qual é feita a conferência dos empenhos e ordens bancárias emitidas e das naturezas de despesa utilizadas pelos recebedores dos recursos.

A tempestividade da análise foi prejudicada pelos atrasos no envio das prestações de contas por parte dos recebedores que, com frequência, ultrapassavam o prazo legal para a remessa dos dados (sessenta dias a contar do término do exercício financeiro ou da vigência do Termo de Execução Descentralizada ou o que ocorrer primeiro).

4.4 Desempenho operacional

De acordo com o que foi informado nos itens 4.1 e 4.1.2, o novo planejamento estratégico do GSI/PR foi concluído apenas no final do ano de 2017 e, portanto, não houve tempo hábil para avaliação de resultados ou acompanhamento de indicadores para apresentação neste Relatório de Gestão.

A partir do Relatório de Gestão 2018, o desempenho operacional do GSI/PR e os resultados obtidos no desenvolvimento de iniciativas para o alcance dos objetivos estratégicos do órgão serão inseridos no documento.

4.5. Apresentação e análise de indicadores de desempenho

As informações desse subitem serão apresentadas no **Anexo III**, Quadro A.4.5 – Indicadores de Desempenho.

5. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

5.1. Descrição das estruturas de governança

Por Governança Corporativa entende-se o conjunto de processos, costumes, políticas, leis, regulamentos e instituições que regulam a maneira como o órgão é dirigido, administrado ou controlado. O termo inclui também o estudo sobre as relações entre os diversos atores envolvidos e os objetivos pelos quais o órgão se orienta.

No caso específico, o Gabinete de Segurança Institucional é um Órgão Essencial da estrutura da Presidência da República e como tal possui atividades ligadas à área de gestão de pessoal e orçamentária executadas pela Secretaria de Administração da Secretaria-Geral da Presidência da República (SA/SG/PR).

No que tange aos aspectos da gestão orçamentária e patrimonial, processos de aquisição de bens, contratação de serviços e controle de almoxarifado, as demandas são centralizadas na Diretoria de Recursos Logísticos/SA/SG/PR. Tal procedimento encontra amparo no Art. 10 do Anexo V do Decreto nº 9.038, de 26 de abril de 2017, que atribui à Secretaria de Administração a responsabilidade pela execução das atividades de administração patrimonial e de suprimento na Presidência da República.

O órgão seccional de correição a que se vincula ao Gabinete de Segurança Institucional é a Secretaria de Controle Interno (CISSET) da Secretaria-Geral da Presidência da República.

5.2. Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

Na seara correcional, o órgão está sujeito ao controle da Secretaria de Controle Interno da da Secretaria-Geral da Presidência da República (CISSET/SG/PR), por meio da Coordenação-Geral de Correição, a quem compete, por força do inciso X do Art. 44 do Decreto nº 9.038, de 26 de abril de 2017, exercer as atividades de unidade seccional do Sistema de Correição do Poder Executivo federal, dos órgãos integrantes da Presidência da República e da Vice-Presidência da República.

A Presidência e a Vice-Presidência da República passaram a contar com estrutura correcional própria a partir da entrada em vigor do Decreto nº 7.688, de 2 de março de 2012, que em seu inciso XII do art. 21 do Anexo I estabeleceu que aquela Setorial de Controle Interno atuaria na prevenção e apuração de ilícitos disciplinares no âmbito dos órgãos integrantes da Presidência da República, das entidades a eles vinculadas, e da Vice-Presidência da República, por meio do acompanhamento, instauração e condução de procedimentos correcionais.

Após a criação da estrutura específica, a CISSET estabeleceu, por meio da Portaria CISSET/SG/PR nº 13, de 21 de dezembro de 2012, publicada no DOU de 24/12/2012, Seção 1, pág. 3/5, os procedimentos que seriam adotados para a condução dos trabalhos correcionais na PR e VPR, dos quais podemos destacar os seguintes: i) inspeções de correição; ii) acompanhamento na condução de Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares; iii) auxílio ao Gestor na tomada de decisão de procedimentos disciplinares; iv) a realização de Termo de Ajustamento de Conduta - TAC em infração disciplinares de menor gravidade v) Processo Administrativo de Fornecedores, etc.

Importa salientar, contudo, que inobstante a criação do referido órgão de correição no âmbito da Presidência da República, em nada se altera a competência originária desta unidade gestora quanto à instauração de procedimentos apuratórios, tendo em vista o que dispõe o art. 143 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, ou legislação equivalente.

5.3. Gestão de riscos e controles internos

Em atendimento à Instrução Normativa Conjunta nº 1, de 10 de maio de 2016, dos então Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Controladoria-Geral da União, o GSI/PR elaborou e publicou, no prazo estipulado de doze meses a contar da publicação da IN, a Política de Gestão de Riscos do órgão. Ainda seguindo o disposto na Instrução Normativa, foi instituído o Comitê de Governança Riscos e Controles do Gabinete de Segurança Institucional.

Conforme estabelecido na Portaria nº 76 - GSI/PR, de 4 de maio de 2017, o processo de identificação, análise, avaliação e priorização de riscos, bem como a definição de respostas a esses e seu monitoramento, começarão a ser realizados a partir de março de 2018 no GSI/PR.

Devido à abrangência e complexidade do tema, a implementação da Política de Gestão de Riscos do GSI será feita de forma gradual e continuada. Ainda de acordo com a Portaria nº 76 - GSI/PR, o órgão tem até maio de 2021 para finalizar a implementação de sua política de gestão de riscos.

Outras informações sobre este subitem encontram-se apresentadas no **Anexo IV** - Quadro A.5.3 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UPC.

6. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

6.1. Gestão de Pessoas

6.1.1. Estrutura de pessoal da unidade

Quadro A.6.1.1.1 – Estrutura de pessoal da unidade da UJ

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	2	876	263	139
1.1. Membros de poder e agentes políticos	2	2	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	0	874	263	139
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	0	0	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	4	1	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	870	262	139
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	33	20	2
4. Total de Servidores (1+2+3)	2	909	283	141

Fonte: DIGEP/SA/SG/PR

Quadro A.6.1.1.2 – Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	687	187
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	687	187
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	0
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	1	3
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	686	184
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	9	24
4. Total de Servidores (1+2+3)	696	211

FONTE: DIGEP/SA/SG/PR

Quadro A.6.1.1.3 – Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	1	59	36	7
1.1. Cargos Natureza Especial	1	1	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	58	36	7
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	0	0	0
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	3	1	0

1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	22	7	5
1.2.4. Sem Vínculo	0	25	21	2
1.2.5. Aposentados	0	8	7	0
2. Funções Gratificadas	0	835	248	134
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	0	0	0
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	1	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	834	248	134
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	1	894	284	141

Fonte: DIGEP/SA/SG/PR

6.1.2. Demonstrativos das despesas com pessoal

As informações deste item, segundo orientação da Diretoria de Gestão de Pessoas da Secretaria-Geral da Presidência da República, serão consolidadas no Relatório de Gestão 2017 da Secretaria-Executiva da Secretaria-Geral da Presidência da República.

6.1.3 Informações sobre os controles para mitigar riscos relacionados ao pessoal

As informações deste item, segundo orientação da Diretoria de Gestão de Pessoas da Secretaria-Geral da Presidência da República, serão consolidadas no Relatório de Gestão 2017 da Secretaria-Executiva da Secretaria-Geral da Presidência da República.

6.1.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

6.1.4.1 Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância

As informações desse subitem serão apresentadas no **Anexo VII** - Quadro A.6.1.4.1 - Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva em vigor em 2017.

6.1.4.2 Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

As informações deste item, segundo orientação da Diretoria de Gestão de Pessoas da Secretaria-Geral da Presidência da República, serão consolidadas no Relatório de Gestão 2017 da Secretaria-Executiva da Secretaria-Geral da Presidência da República.

6.1.4.3 Contratação de Estagiários

As informações deste item, segundo orientação da Diretoria de Gestão de Pessoas da Secretaria-Geral da Presidência da República, serão consolidadas no Relatório de Gestão 2017 da Secretaria-Executiva da Secretaria-Geral da Presidência da República.

6.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO E DA INFRAESTRUTURA

6.2.1 Gestão do Patrimônio Imobiliário

As informações deste subitem serão consolidadas no Relatório de Gestão 2017 da Secretaria-Executiva da Secretaria-Geral da Presidência da República, uma vez que o Gabinete de Segurança Institucional ocupa instalações do Palácio do Planalto, que estão sob gestão da Secretaria de Administração/SG/PR.

6.3. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

6.3.1 Principais sistemas de informações

As informações deste subitem serão consolidadas no Relatório de Gestão 2017 da Secretaria-Executiva da Secretaria-Geral da Presidência da República, uma vez que o Gabinete de Segurança Institucional ocupa instalações do Palácio do Planalto, que está sob gestão da Diretoria de Tecnologia da Secretaria de Administração/SG/PR.

6.3.2 Informações sobre o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI

As informações deste subitem serão consolidadas no Relatório de Gestão 2017 da Secretaria-Executiva da Secretaria-Geral da Presidência da República, uma vez que o Gabinete de Segurança Institucional ocupa instalações do Palácio do Planalto, que estão sob gestão da Diretoria de Tecnologia da Secretaria de Administração/SG/PR.

6.4 GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

6.4.1. Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

No exercício de 2017, assim como em anos anteriores, buscou-se adequar os projetos básicos e termos de referência para a aquisição de bens de tecnologia da informação e contratação de serviços e/ou obras à legislação pertinente no que tange aos critérios de sustentabilidade ambiental.

Cabe ressaltar que os procedimentos de licitações, dispensas e inexigibilidades são realizados, sob demanda da Unidade, pela Secretaria de Administração da Secretaria-Geral da Presidência da República. Assim, a aderência do Gabinete de Segurança Institucional em relação à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação e na contratação de serviços ou obras segue diretrizes daquela Secretaria.

6.5 Gestão de Fundos e de Programas

6.5.1 Identificação e informações dos fundos na gestão da unidade

Embora constante do e-Contas, não existe informação a ser apresentada neste item por parte do o Gabinete de Segurança Institucional, conforme Portarias que regulam o conteúdo do Relatório de Gestão.

7. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

7.1. Canais de acesso do cidadão

O Serviço de Informação ao Cidadão do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (SIC-GSI/PR) integra o Serviço de Informação ao Cidadão do Palácio do Planalto (SIC/PP) e constitui o canal de acesso mais empregado pelo cidadão, no que se refere à obtenção de informações sobre segurança institucional.

Outros canais de acesso são o correio eletrônico da Assessoria de Comunicação Social (asscomgsi@presidencia.gov.br), a página do GSI/PR na internet (www.gsi.gov.br), bem como o canal Fale Conosco e os telefones funcionais disponíveis no sítio eletrônico do órgão.

7.2. Carta de Serviços ao Cidadão

Tendo em vista tratar-se de UPC com atividades-meio, ou seja, que não presta serviços diretamente ao cidadão, o Gabinete de Segurança Institucional não possui a Carta de Serviços ao Cidadão.

7.3. Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

Respostas por escrito às demandas recebidas por correio eletrônico, pelo canal Fale Conosco do sítio eletrônico do GSI e pelos formulários do SIC/PP, além de notas à imprensa, são mecanismos usados para atender o cidadão-usuário e medir a sua satisfação.

Em função das peculiaridades de suas competências legais, pelas quais o Gabinete de Segurança Institucional não realiza a prestação de serviços direta ao cidadão-usuário, a UPC não possui dados referentes a pesquisas de satisfação.

7.4. Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

A transparência ativa do órgão é feita por meio de sua página na internet (www.gsi.gov.br). O cidadão pode obter uma noção geral das atribuições legais do GSI e de suas subunidades, bem como verificar atividades realizadas no decorrer do período.

No que se refere à transparência passiva, o quadro abaixo consolida o número dos pedidos de informação realizados no âmbito da Lei de Acesso à Informação (LAI) e recebidos pelo SIC-GSI/PR, advindos do SIC/PP, no período de 2012 a 2017.

	GSI				CM	GSI		TOTAL
	2012	2013	2014	2015	2016	2016	2017	
Gabinete	0	0	0	0	11	15	21	47
ABIN	101	103	93	67	0	59	109	532
DGES	1	0	2	4	1	8	6	22
SCS	2	10	6	6	1	2	11	38
SADSN	72	149	121	65	0	2	13	422
SE	0	0	0	0	0	0	0	0
SCP	12	17	3	7	15	10	39	103
REENCAMINHADOS	4	12	19	33	5	13	20	106
PEDIDOS RECEBIDOS	192	291	244	182	33	109	219	1270
ACESSOS CONCEDIDOS	154	202	139	76	10	36	104	721
ACESSOS NEGADOS	30	70	52	57	10	42	78	339
REENCAMINHADOS	4	12	19	33	6	13	20	107
OUTROS	4	7	34	16	7	18	23	109
PEDIDOS AGUARD. RESPOSTA	-	-	-	-	-	-	1	1
RECURSOS EM 1ªINSTÂNCIA	28	46	57	38	3	22	41	235
RECURSOS EM 2ªINSTÂNCIA	16	24	45	22	1	15	22	145
RECURSOS À CGU	11	7	38	17	0	9	18	100
RECURSOS À CMRI	0	1	19	12	0	0	0	32

Figura 4 – Pedidos de informação realizados no âmbito da Lei de Acesso à Informação (LAI) e recebidos pelo SIC-GSI/PR no período de 2012 a 2017

7.5. Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

Como órgão integrante da estrutura da Presidência da República, o Gabinete de Segurança Institucional participou das ações desenvolvidas pela Secretaria-Geral da Presidência da República no sentido de proporcionar a inclusão das pessoas com deficiência na PR. O Gabinete de Segurança Institucional apoia as ações e possui representante no âmbito do “Programa de Inclusão de Pessoas com Deficiência na Presidência da República”, em funcionamento desde 2014.

8. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

8.1. Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

A Setorial Contábil de Órgão Superior da Presidência da República analisou mensalmente os registros e avaliações de ativos e passivos e procurou sistematizar procedimentos internos para atender às novas demandas oriundas das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, como os registros de Depreciação, Amortização, Provisões e atualizações dos saldos das contas diversos responsáveis e outros, em respeito às NBC T 16.9 e NBC T 16.10.

Destaca-se que as metodologias adotadas, para estimar a vida útil econômica do ativo e para cálculos para depreciação, amortização, exaustão e outros, foram as contidas nas orientações do Órgão Central de Contabilidade do Governo Federal - Coordenação-Geral de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional -, por meio da Macrofunção SIAFI nº 02.03.30 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, suas Autarquias e Fundações.

Cabe ressaltar que o motivo das ocorrências “642 – Falta de depreciação de bens móveis” e “643 – Falta de amortização de bens intangíveis” na conformidade de dezembro de 2016, deveu-se à falta de registro de depreciação ou amortização de bens. Destaca-se que, no âmbito da PR, a depreciação e amortização são realizadas pela SA a partir do momento em que o bem é transferido para aquela UG. Bens adquiridos ao final do exercício financeiro tiveram atrasos no processo de transferência para a SA e geraram as referidas inconsistências.

8.2. Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

O Sistema de Custos, regimentalmente, é de competência da Coordenação de Orçamento da Presidência da República.

8.3. Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

As demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 constam do **Anexo V** – Quadro A.8.3.

8.4. Relatório de Situação Contábil

O Relatório de Situação Contábil – Dezembro 2017 consta do **Anexo VI**.

8.5. Informações sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

Cabe ressaltar que o motivo da ocorrência “642 – Falta /Evolução incompatível de Depreciação no Ativo Imobilizado” refere-se aos bens que, pelo motivo de aguardarem a conclusão dos processos de transferência e incorporação para a UG 110001, ficam registrados na UG 110322. Esta UG não possui patrimônio e por este motivo não registra a depreciação dos bens adquiridos.

9. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

Os subitens: 9.1 – Tratamento de determinações e recomendações do TCU; 9.2 – Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI); e 9.3 – Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao Erário, embora previstos no e-Contas, deixam de ser apresentados pelo fato de a UPC não ter sido alvo dos assuntos tratados nesses subitens, não havendo, portanto, informações a serem apresentadas.

9.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

Todos os pagamentos são realizados conforme preconiza o art. 5º da Lei 8.666/1993, sendo efetuados mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura, emitidas em moeda corrente nacional e que devem conter o detalhamento do objeto fornecido/contratado, uma vez satisfeitas as condições estabelecidas no Projeto Básico/Termo de Referência, em conformidade com o discriminado na proposta da Contratada.

9.5 Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

Em 2017, o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República não possuía contratos vigentes com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento.

9.6 Informações sobre as ações de publicidade e propaganda

O Gabinete de Segurança Institucional não desenvolveu ações de publicidade e propaganda em 2017 e tampouco participa de redes sociais como *Facebook*, *Twitter*, *Instagram*, entre outras.

10. ANEXOS

ANEXO I

Quadro A.3.6 – Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Gabinete	I - assessorar o Ministro de Estado em sua representação funcional, pessoal, política e social e no preparo e no despacho de seu expediente e de sua pauta de audiências; II - apoiar a realização de eventos do Ministro de Estado com representações e autoridades nacionais e internacionais; e III - exercer outras atribuições que lhe forem determinadas pelo Ministro de Estado.	Ricardo IBSEN Pennaforte de Campos	Chefe de Gabinete	01/01/2017 a 31/12/2017

Secretaria-Executiva	I - supervisionar e coordenar as atividades dos órgãos integrantes da estrutura do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; II - aprovar e supervisionar o planejamento e a execução dos eventos e das viagens presidenciais no território nacional e para o exterior, em articulação com o Gabinete Pessoal do Presidente da República e com o Ministério das Relações Exteriores, respectivamente; III - assessorar o Ministro de Estado em assuntos: a) de gestão estratégica, administrativa, orçamentário-financeira, de pessoal e da publicação oficial; e b) parlamentares e de comunicação social; IV - acompanhar a tramitação, na Presidência da República, de propostas de atos e de documentos de interesse do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; V - intercambiar informações com os órgãos essenciais da Presidência da República e com os demais órgãos e entidades da administração pública federal; VI - coordenar as atividades do Serviço de Informação ao Cidadão - SIC do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; e VII - exercer outras atribuições que lhe forem determinadas pelo Ministro de Estado.	General-de-Divisão Marco Antônio FREIRE GOMES	Secretário-Executivo	01/01/2017 a 31/12/2017
----------------------	---	---	----------------------	-------------------------

Secretaria de Segurança e Coordenação Presidencial	I - planejar e coordenar: a) ações para execução dos eventos e das viagens presidenciais no País e no exterior, em articulação com os demais órgãos envolvidos; b) a execução do transporte aéreo de Chefes de Estado, de autoridades e de personalidades e das missões de interesse da Presidência da República, quando determinado pelo Presidente da República; e c) as atividades relacionadas ao cerimonial militar nos palácios presidenciais ou em local determinado pelo Presidente da República; II - coordenar a participação do Presidente da República em cerimônias militares, em articulação com os setores pertinentes da Presidência da República e com os demais órgãos envolvidos; III - zelar, assegurado o exercício do poder de polícia, pela: a) segurança pessoal do Presidente da República, do Vice-Presidente da República, e de seus familiares, e, quando determinado pelo Presidente da República, dos titulares dos órgãos essenciais da Presidência da República e de outras autoridades ou personalidades; e b) segurança dos palácios presidenciais e das residências do Presidente da República e do Vice-Presidente da República; IV - articular as ações para a segurança presidencial com os órgãos da Presidência da República e, quando determinado pelo Ministro de Estado, com o Ministério da Defesa, com os Comandos das Forças Armadas e com outros órgãos e entidades da administração pública federal; V - estabelecer e manter os Escritórios de Representação como bases operacionais avançadas para a garantia da segurança do Presidente da República, do Vice-Presidente da República, e de seus familiares, asseguradas a economicidade e a efetividade das operações de segurança presidencial; e VI - exercer outras atribuições que lhe forem determinadas pelo Ministro de Estado ou pelo Secretário-Executivo.	Gen Bda Nilton José Batista MORENO Junior	Secretário de Segurança e Coordenação Presidencial	01/01/2017 a 31/12/2017
---	--	--	---	------------------------------------

Secretaria de Coordenação de Sistemas	I - participar do planejamento e da coordenação das ações referentes ao Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro - Sipron, como órgão central do sistema; II - acompanhar ações referentes a assuntos aeroespaciais; III - coordenar as ações referentes à segurança da informação e comunicações e à segurança cibernética no âmbito da administração pública federal; IV - assessorar o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República no exercício das funções de autoridade nacional de segurança para o tratamento de informação sigilosa decorrente de tratados, acordos e atos internacionais; e V - exercer outras atribuições que lhe forem determinadas pelo Ministro de Estado ou pelo Secretário-Executivo.	C Alte NORIAKI Wada	Secretário de Coordenação de Sistemas	01/01/2017 a 31/12/2017
---	---	------------------------	---	----------------------------

Secretaria de Assuntos de Defesa e Segurança Nacional	I - assessorar o Ministro de Estado: a) no exercício de sua atribuição de Secretário-Executivo do CDN; b) no exercício de sua atribuição de Presidente da Creden; c) nos assuntos de interesse estratégico para o Estado, no que tange às questões com potencial de risco a estabilidade institucional e ao gerenciamento de crises; d) nos assuntos referentes às solicitações para o emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem ou a temas pertinentes; e e) nos assuntos de natureza militar e quanto à obtenção e ao processamento de dados geoespaciais; II - analisar e avaliar o uso e a ocupação de áreas indispensáveis à segurança do território nacional, especialmente na faixa de fronteira e em áreas relacionadas à preservação e à exploração dos recursos naturais de qualquer tipo; III - assessorar o Secretário-Executivo na coordenação do Comitê Executivo da Creden; IV - realizar o acompanhamento de assuntos pertinentes a: a) segurança de infraestruturas críticas, com prioridade aos que se referem à avaliação de riscos; e b) terrorismo internacional, e intercambiar subsídios para a elaboração da Avaliação de Risco de Ameaça Terrorista; e V - exercer outras atribuições que lhe forem determinadas pelo Ministro de Estado ou pelo Secretário-Executivo.	Major-Brigadeiro Dilton José SCHUCK	Secretário de Assuntos de Defesa e Segurança Nacional	01/01/2017 a 31/12/2017
--	--	--	--	------------------------------------

ANEXO II

Quadro A.3.7 – Macroprocessos Finalísticos

Macroprocessos	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Gestão da Segurança de Instituições de Estado	Consiste em prover a proteção da Presidência da República, coordenar eventos, cerimonial e viagens presidenciais, gerenciar a segurança da informação e das comunicações, planejar, gerenciar e monitorar em nível político-estratégico a segurança das instituições do Estado brasileiro e contribuir para a salvaguarda de sua soberania, entregando como valor público à sociedade, a proteção do Estado no atendimento precípua dos interesses nacionais.	Proteção do Estado Brasileiro e Salvaguarda dos interesses nacionais	Estado Brasileiro Sociedade Presidência da República	Secretaria de Segurança e Coordenação Presidencial, Secretaria de Coordenação de Sistemas, Secretaria de Assuntos de Defesa e Segurança Nacional e Agência Brasileira de Inteligência
Gestão de Assuntos Estratégicos de Interesse Nacional	Trata do planejamento, da coordenação e do monitoramento de assuntos estratégicos de interesse nacional – incluindo-se entre eles as questões de segurança e proteção nuclear e o fortalecimento do setor espacial – além da prevenção e da contenção de crises institucionais.	Proteção do Estado Brasileiro e Salvaguarda dos interesses nacionais	Estado Brasileiro Sociedade Presidência da República	Secretaria de Segurança e Coordenação Presidencial, Secretaria de Coordenação de Sistemas, Secretaria de Assuntos de Defesa e Segurança Nacional e Agência Brasileira de Inteligência
Gestão de Inteligência de Estado	Diz respeito ao planejamento, desenvolvimento e monitoramento da atividade de Inteligência de Estado, englobando ainda a produção de conhecimentos de Inteligência, a proteção de conhecimentos sensíveis e a coordenação do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN).	Proteção do Estado Brasileiro e Salvaguarda dos interesses nacionais	Estado Brasileiro Sociedade Presidência da República	Agência Brasileira de Inteligência

ANEXO III

Quadro A.4.5 – Indicadores de Desempenho

Os indicadores construídos no Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, referentes ao novo planejamento estratégico do órgão, foram elaborados ao longo do ano de 2017 e, portanto, ainda não foram mensurados. Devido a esse fato, não apresentaremos neste Anexo o “Índice Observado” referente aos indicadores do GSI/PR.

Cabe salientar, ainda, que o mapeamento de processos, um dos próximos passos na execução da gestão estratégica do Gabinete, poderá indicar a necessidade de revisão dos indicadores apresentados abaixo.

Denominação	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Índice de Fortalecimento Cultural	Criar histórico			Anual	$(\text{Índice de Educação de Segurança Institucional} \times 3) + \text{Índice de Proteção Nuclear} + \text{Índice de Proteção Cibernética} + \text{Índice de Acessos à Informação} + \text{Índice de Informação Classificada} / 7$
Índice de Resultado Institucional	Criar histórico			Anual	Média aritmética de todos os índices
Índice de Fortalecimento Integrado	Criar histórico			Anual	$\text{Índice de Prevenção e Contenção de Crises} + \text{Índice de Atuação no setor Espacial} + \text{Índice de Representação e Articulação Institucional} + \text{Índice de Acompanhamento de Infraestruturas Críticas} + \text{Índice de Informação Classificada} + \text{Índice de Acesso à Informação} + \text{Índice de Aprimoramento da Gestão de Inteligência} / 7$
Índice de Acesso à Informação	Criar histórico			Anual	$\text{Somatório mensal do tempo (dias) de resposta aos Pedidos de Informações} (\text{Data da Resposta} - \text{Data do Pedido de Informação}) / \text{Quantidade de Pedidos de informação respondidos no mês}$

Índice de Educação de Segurança Institucional	Criar histórico	100%		Anual	IEDUINST = Quantidade de ações de educação em segurança institucional realizadas anualmente / Quantidade de ações de educação em segurança institucional programadas anualmente
		100%		Anual	(nº de processos encaminhados à autoridade competente do GSI/PR, prontos para habilitação + nº de respostas orientando o cumprimento de requisitos legais) x 100 / nº de solicitações de habilitação por ano
		100%		Anual	nº de oficinas e palestras realizadas por ano x 100 / nº de oficinas e palestras previstas por ano
		100%		Anual	Total de participantes x 100 / Total de convidados
Índice de Atendimento de Metas Globais	Criar histórico	55%		Anual	IMG = Quantidade de indicadores que tiveram metas alcançadas / Quantidade de indicadores estabelecidos
Índice de Inovação de Processos e Serviços	Criar histórico			Anual	IINOVPS = (Quantidade de processos/serviços inovados)/(Quantidade total de processos/serviços)
Índice de Representação e Articulação Institucional	Criar histórico	100%		Anual	% eventos = (nº de eventos realizados x 100) / nº de eventos necessários
	Criar histórico	95%		Anual	IREUN = (nº de reuniões realizadas no ano / nº de reuniões previstas) x 100
	Criar histórico			Anual	IARTI = (Quantidade de articulações efetuadas no período considerado - Quantidade de articulações prescritas no período considerado) / Acervo inicial no período considerado
	Criar histórico			Anual	Quantidade de eventos oficiais nacionais executados / Quantidade de eventos oficiais nacionais acionados (SCP)
	Criar histórico			Anual	IREPRI = Quantidade de eventos oficiais internacionais executados / Quantidade total de eventos oficiais internacionais acionados (SCP)
	Criar histórico			Anual	(Quantidade de representações internacionais formalizadas no período considerado - Quantidade de representações internacionais quebradas no período considerado) / Acervo inicial no período considerado

Índice de Proteção da Presidência da República	Criar histórico	100%		Anual	$IPROTPR = (Quantidade\ de\ ataques\ realizados\ com\ sucesso\ contra\ pessoas * 0,8) + (quantidade\ de\ ataques\ realizados\ com\ sucesso\ contra\ instalações) * 0,2) / (ataques\ totais\ realizados\ contra\ pessoas\ e\ instalações\ da\ PR)$
	Criar histórico	100%		Anual	$ISEGINST = (Número\ total\ de\ missões\ de\ Segurança\ de\ Instalações\ por\ ponto\ de\ controle - Número\ de\ missões\ de\ Segurança\ de\ Instalações\ com\ incidentes\ com\ concretização\ de\ ameaças) / (Número\ total\ de\ missões\ de\ Segurança\ de\ Instalações\ por\ ponto\ de\ controle\ x\ 100)$
	Criar histórico	100%		Anual	$ISEGAUT = (n^o\ total\ de\ eventos\ no\ trimestre - n^o\ de\ eventos\ sem\ sucesso) / (n^o\ total\ de\ eventos\ no\ trimestre\ x\ 100)$
Índice de Acompanhamento das Infraestruturas Críticas por meio de notas ou pareceres	Criar histórico			Anual	$(Quantidade\ de\ Grupos\ Instalados) / (Quantidade\ total\ de\ Grupos)$
Índice de Proteção Nuclear	Criar histórico	90%		Anual	$IEREN = (N^o\ de\ exercícios\ executados\ de\ resposta\ a\ emergências\ nucleares / n^o\ de\ exercícios\ programados) \times 100$
	Criar histórico	90%		Anual	$IEPFN = (N^o\ de\ exercícios\ executados\ de\ proteção\ das\ instalações\ nucleares / n^o\ de\ exercícios\ programados) \times 100$
Índice de Proteção Cibernética	Criar histórico	100%		Anual	Quantidade de ataques cibernéticos realizados com sucesso / Quantidade de ataques totais
	Criar histórico	100%		Anual	$\% \text{ de incidentes} = (n^o\ total\ de\ incidentes\ cibernéticos\ resolvidos\ no\ ano - n^o\ total\ de\ incidentes\ cibernéticos\ pendentes) \times 100$
Índice de Ações Normativas da Segurança da Informação	Criar histórico	80%		Anual	$IAUTODIAG = (n^o\ de\ auto\ diagnósticos\ realizados\ x\ 100) / n^o\ de\ auto\ diagnósticos\ previstos$
	Criar histórico	100%		Anual	$\% \text{ Credenciamento pessoas} = (n^o\ de\ processos\ encaminhados\ à\ autoridade\ competente\ do\ GSI/PR,\ prontos\ para\ o\ credenciamento + n^o\ de\ respostas\ orientando\ o\ cumprimento\ de\ requisitos\ legais) / n^o\ de\ solicitações\ de\ credenciamento\ de\ pessoas\ por\ ano$
	Criar histórico	20% ano		Anual	$\% \text{ de revisão} = (n^o\ de\ normativos\ de\ SI\ revistos\ por\ ano\ x\ 100) / n^o\ de\ normativos\ a\ serem\ revistos\ por\ ano$

Índice de Prevenção e Contenção de Crises	Criar histórico	100%		Anual	ICONCRI = Quantidade de crises resolvidas / Quantidade de crises instaladas
	Criar histórico	100%		Anual	IPRECRI = Quantidade de crises instaladas / Quantidade de temas de interesse nacional acompanhados
Índice de Atuação no Setor Espacial	Criar histórico			Anual	IAAE = (nº total de atividades realizadas no ano / nº total de atividades programadas no ano) x 100
	Criar histórico			Anual	IASSAE = (nº total de atividades realizadas no ano / nº total de atividades programadas no ano) x 100
	Criar histórico			Anual	IGTAE = (nº total de atividades realizadas no ano / nº total de atividades programadas no ano) x 100
	Criar histórico			Anual	IAQRAE = (nº total de atividades realizadas no ano / nº total de atividades programadas no ano) x 100
Índice de Aprimoramento de Inteligência	Criar histórico	85%		Anual	ISRelint = nº de Relints que alcançaram, no mínimo, 8 pontos na ficha de avaliação / Total de Relints avaliados
	Criar histórico	78%		Anual	IDR = (nº de Relints difundidos para órgãos do SISBIN / nº total de Relints difundidos pela ABIN) x 100
Índice de Capacitações	Criar histórico	25%		Anual	ICAPAC = (Número de Servidores Capacitados / Número Total de Servidores) x 100
Índice de Qualidade no Trabalho	Criar histórico	80%		Anual	ISATISF = Quantidade de respostas, no mínimo B / Total de pessoas que responderam
Índice de Inovação Tecnológica	Criar histórico			Anual	IINOVTEC = Quantidade de soluções executadas / Quantidade de soluções planejadas
Índice de Execução Orçamentária	Criar histórico	100%		Anual	IEXEORÇ = Execução financeira do custeio e investimento / Dotação autorizada de custeio e investimento

ANEXO IV

Quadro A.5.3 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UPC

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS					
Ambiente de Controle					
	1	2	3	4	5
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					x
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UPC são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					x
3. A comunicação dentro da UPC é adequada e eficiente.					x
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					x
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					x
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UPC na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.					x
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					x
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UPC.					x
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UPC.					x
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da UPC estão formalizados.					x
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					x
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				x	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				x	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UPC ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				x	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				x	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					x
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x

Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UPC, claramente estabelecidas.				x	
20. As atividades de controle adotadas pela UPC são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				x	
21. As atividades de controle adotadas pela UPC possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				x	
22. As atividades de controle adotadas pela UPC são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				x	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UPC é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					x
24. As informações consideradas relevantes pela UPC são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					x
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UPC é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					x
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UPC, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					x
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UPC, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					x
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UPC é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					x
29. O sistema de controle interno da UPC tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.					x
30. O sistema de controle interno da UPC tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					x
Análise crítica e comentários relevantes: Em virtude de algumas atividades administrativas serem apoiadas pela Secretaria-Geral da Presidência da República, dentre essas, cita-se a execução orçamentário-financeira, sugere-se que os dados aqui apurados sejam consolidados e analisados conjuntamente com a avaliação constante do Relatório de Gestão daquela Secretaria.					
Escala de valores da Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UPC. (2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UPC, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UPC. (4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UPC, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UPC.					

ANEXO V

Quadro A.8.3 - Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2018	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	110322 - GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL/PR
-----------	---

EMISSÃO 26/03/2018	PAGINA 1
-----------------------	-------------

ÓRGÃO SUPERIOR	20101 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
----------------	----------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-	-
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	-	-
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	-	-
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2018	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	110322 - GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL/PR
-----------	---

EMIÇÃO 26/03/2018	PÁGINA 2
----------------------	-------------

ÓRGÃO SUPERIOR	20101 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
----------------	----------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	-	-	-	-
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
DEFICIT			5.836.475,76	5.836.475,76
TOTAL	-	-	5.836.475,76	5.836.475,76
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	-	-	4.001.436,95	821.019,73	821.019,73	-4.001.436,95
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	-	4.001.436,95	821.019,73	821.019,73	-4.001.436,95
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	1.835.038,81	1.091,00	1.091,00	-1.835.038,81
Investimentos	-	-	1.835.038,81	1.091,00	1.091,00	-1.835.038,81
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	-	-	5.836.475,76	822.110,73	822.110,73	-5.836.475,76
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2018	PERÍODO Anual
EMISSÃO 26/03/2018	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	110322 - GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL/PR
ÓRGÃO SUPERIOR	20101 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	-	-	5.836.475,76	822.110,73	822.110,73	-5.836.475,76
TOTAL	-	-	5.836.475,76	822.110,73	822.110,73	-5.836.475,76

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	97.836,93	2.182.909,11	751.980,70	750.623,56	-	1.530.122,48
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	97.836,93	2.182.909,11	751.980,70	750.623,56	-	1.530.122,48
DESPESAS DE CAPITAL	-	856.226,59	182.686,52	182.686,52	-	673.540,07
Investimentos	-	856.226,59	182.686,52	182.686,52	-	673.540,07
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	97.836,93	3.039.135,70	934.667,22	933.310,08	-	2.203.662,55

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	3.857,44	3.144,85	-	712,59
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	3.857,44	3.144,85	-	712,59
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	3.857,44	3.144,85	-	712,59



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2018	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 26/03/2018	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	110322 - GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL/PR
ÓRGÃO SUPERIOR	20101 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
ATIVO CIRCULANTE	826.488,63	76.247,54	PASSIVO CIRCULANTE	17.139,73	3.857,44
Caixa e Equivalentes de Caixa	32.108,29	65.603,95	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	-	-
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	15.395,00	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	2.069,73	712,59
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoques	778.985,34	10.643,59	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Provisões a Curto Prazo	-	-
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	15.070,00	3.144,85
ATIVO NÃO CIRCULANTE	17.086.854,33	16.930.992,47	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Resultado Diferido	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	17.139,73	3.857,44
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
Investimentos do RPSS de Longo Prazo	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPSS	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
Demais Investimentos Permanentes	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-			
Imobilizado	17.086.854,33	16.930.992,47			
Bens Móveis	185.745,83	29.883,97			
Bens Móveis	185.745,83	29.883,97			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-			
Bens Imóveis	16.901.108,50	16.901.108,50			
Bens Imóveis	16.901.108,50	16.901.108,50			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	-	-			
Softwares	-	-			
Softwares	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2018

PERÍODO
Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTÍTULO 110322 - GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL/PR

EMISSÃO
26/03/2018

PÁGINA
2

ÓRGÃO SUPERIOR 20101 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	-		
			ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	17.913.342,96	17.007.240,01	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17.913.342,96	17.007.240,01

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
ATIVO FINANCEIRO	32.108,29	65.603,95	PASSIVO FINANCEIRO	7.233.810,17	3.140.830,07
ATIVO PERMANENTE	17.881.234,67	16.941.636,06	PASSIVO PERMANENTE	-	-
			SALDO PATRIMONIAL	10.679.532,79	13.866.409,94

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-	-	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	5.794.958,53	3.339.256,07
Execução dos Atos Potenciais Ativos	-	-	Execução dos Atos Potenciais Passivos	5.794.958,53	3.339.256,07
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	592.407,83	372.407,83
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	5.202.550,70	2.966.848,24
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	-	-	TOTAL	5.794.958,53	3.339.256,07

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-7.201.701,88
Recursos Vinculados	-
TOTAL	-7.201.701,88



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2018	PERIODO Anual
EMISSAO 26/03/2018	PAGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	110322 - GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL/PR
ORGAO SUPERIOR	20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

	2018	2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	150.281,86	539.467,34
INGRESSOS	1.820.680,08	7.561.453,99
Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	1.820.680,08	7.561.453,99
Ingressos Extraorçamentários	200,00	74,47
Transferências Financeiras Recebidas	1.810.000,00	7.558.033,54
Arrecadação de Outra Unidade	10.480,08	3.345,98
DESEMBOLSOS	-1.670.398,22	-7.021.986,65
Pessoal e Demais Despesas	-1.559.918,14	-5.576.239,80
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-1.574.788,14	-5.576.239,80
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2018	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

SUBTÍTULO	110322 - GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL/PR
-----------	---

EMIÇÃO 26/03/2018	PÁGINA 2
----------------------	-------------

ÓRGÃO SUPERIOR	20101 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
----------------	----------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2018	2017
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	14.870,00	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos das Operações	-110.480,08	-1.445.746,85
Dispêndios Extraorçamentários	-	-74,47
Transferências Financeiras Concedidas	-110.480,08	-1.445.672,38
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-183.777,52	-610.404,90
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-183.777,52	-610.404,90
Aquisição de Ativo Não Circulante	-183.777,52	-610.404,90
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-33.495,66	-70.937,56



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2018	PERIODO Anual
-------------------	------------------

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	---

EMISSAO 26/03/2018	PAGINA 3
-----------------------	-------------

SUBTITULO	110322 - GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL/PR
-----------	---

ORGAO SUPERIOR	20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA
----------------	----------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2018	2017
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	65.603,95	136.541,51
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	32.108,29	65.603,95



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2018	PERIODO Anual
EMISSAO 26/03/2018	PAGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	110322 - GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL/PR
ORGAO SUPERIOR	20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2018	2017
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2.500.050,20	24.494.570,59
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	-	-
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	-	-
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	2.489.570,12	7.719.151,61
Transferências Intragovernamentais	1.810.000,00	7.558.033,54
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	679.570,12	161.118,07
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	-	16.715.823,00
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	16.715.823,00
Ganhos com Desincorporação de Passivos	-	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	10.480,08	59.595,98
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCICIO 2018	PERIODO Anual
EMISSAO 26/03/2018	PAGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TITULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	110322 - GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL/PR
ORGAO SUPERIOR	20101 - PRESIDENCIA DA REPUBLICA

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2018	2017
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	10.480,08	59.595,98
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	1.607.229,54	28.364.839,16
Pessoal e Encargos	-	-
Remuneração a Pessoal	-	-
Encargos Patronais	-	-
Benefícios a Pessoal	-	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Aposentadorias e Reformas	-	-
Pensões	-	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	1.216.806,68	5.566.474,83
Uso de Material de Consumo	88.329,14	1.272.224,10
Serviços	1.128.477,54	4.294.250,73
Depreciação, Amortização e Exaustão	-	-
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	780,56	-
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	780,56	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	340.297,42	6.025.014,70
Transferências Intragovernamentais	110.480,08	1.445.672,38
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	229.817,34	4.579.342,32
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	-	16.715.823,00
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	-	-
Desincorporação de Ativos	-	16.715.823,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2018	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

EMIÇÃO 26/03/2018	PÁGINA 3
----------------------	-------------

SUBTÍTULO	110322 - GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL/PR
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	20101 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
----------------	----------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2018	2017
Tributárias	47.392,48	51.453,77
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	47.392,48	51.453,77
Contribuições	-	-
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	1.952,40	6.072,86
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	1.952,40	6.072,86
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	892.820,66	-3.870.268,57

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2018	2017



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2018	PERÍODO Anual
-------------------	------------------

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	110322 - GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL/PR

EMIÇÃO 26/03/2018	PÁGINA 1
----------------------	-------------

ÓRGÃO SUPERIOR	20101 - PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
----------------	----------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2018	2017	ESPECIFICAÇÃO	2018	2017
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	5.836.475,76	7.257.907,14
Ordinárias	-	-	Ordinárias	5.836.475,76	7.257.907,14
Vinculadas	-	-	Vinculadas	-	-
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-			
Transferências Financeiras Recebidas	1.810.000,00	7.558.033,54	Transferências Financeiras Concedidas	110.480,08	1.445.672,38
Resultantes da Execução Orçamentária	660.000,00	6.008.033,54	Resultantes da Execução Orçamentária	100.000,00	1.442.326,40
Sub-repasse Recebido	660.000,00	6.008.033,54	Repasse Concedido	100.000,00	1.442.326,40
Independentes da Execução Orçamentária	1.150.000,00	1.550.000,00	Independentes da Execução Orçamentária	10.480,08	3.345,98
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	1.150.000,00	1.550.000,00	Movimento de Saldos Patrimoniais	10.480,08	3.345,98
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	5.039.915,11	3.046.413,59	Despesas Extraorçamentárias	936.454,93	1.971.805,17
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	-	3.857,44	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	3.144,85	7.092,76
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	5.014.365,03	3.039.135,70	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	933.310,08	1.964.637,94
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	200,00	74,47	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	74,47
Outros Recebimentos Extraorçamentários	25.350,08	3.345,98	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	14.870,00				
Arrecadação de Outra Unidade	10.480,08	3.345,98			
Saldo do Exercício Anterior	65.603,95	136.541,51	Saldo para o Exercício Seguinte	32.108,29	65.603,95
Caixa e Equivalentes de Caixa	65.603,95	136.541,51	Caixa e Equivalentes de Caixa	32.108,29	65.603,95
TOTAL	6.915.519,06	10.740.988,64	TOTAL	6.915.519,06	10.740.988,64

ANEXO VI

Relatório de Situação Contábil



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA GERAL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENAÇÃO GERAL DE CONTABILIDADE E CUSTOS

RELATÓRIO DE SITUAÇÃO CONTÁBIL

UG: 110322 - GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL/GSI-PR
Gestão: 00001
Mês/Ano: Dezembro/2017

R E S T R I Ç Ã O C O N T Á B I L

1) 642 - RESSALVA - FALTA/EVOLUCAO INCOMPATIVEL DEP.AT.IMOBILIZ.

Descrição: CONCILIAÇÃO. A FALTA DOS REGISTROS DE DEPRECIACAO DE ATIVOS PERMANENTES IMPOSSIBILITA O ADEQUADO CONHECIMENTO DA REALIDADE CONTABIL DO PATRIMONIO, COM REFLEXOS NEGATIVOS SOBRE O RESULTADO DO PATRIMONIO, ALEM DE CONDUZIR A INOBSERVANCIA DE PROCEDIMENTOS DE CONTEUDO FISCAL E LEGAL. A RESTRICAO ACONTECERA QUANDO NAO HOVER O REGISTRO OU QUANDO A EVOLUCAO DE UM MES PARA OUTRO NAO ESTIVER CONDIZENTE COM O CALCULO ACUMULADO NO DECORRER DO EXERCICIO.

Fato Gerador: Falta de Depreciação em face da presença das seguintes contas: 12311.01.01, 12311.01.05, 12311.01.08, 12311.01.09, 123.11.01.12, 12311.01.25, 12311.02.01 e 12311.04.05.

Em 29 /Jan/2018



CLEOMARA STRZELECKI
CONTADORA RESPONSÁVEL
CRC 61.863-0/O RS

Cleomara Strzelecki
Coordenadora-Geral de Contabilidade e Custos
CCONT/DIROF/SA/SG/PR

ANEXO VII

6.1.4.1 Contratação de Serviços de Limpeza e Higienização

Quadro A.6.1.4.1 – Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higienização em 2017

Unidade Contratante						
Nome: Gabinete de Segurança Institucional/GSI/PR						
UG/Gestão: 110322 (UGR – 110037)				CNPJ: 09.399.736/0001-59		
Informações sobre os Contratos						
Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados	Sit.
2017	Contrato Nr 02/2017 Prestação de serviço de limpeza e conservação – Escritório de Representação em São Paulo-SP.	14.914.101/0001-82 GMS SERVIÇOS TERCEIRIZADOS EIRELI - ME	26/04/2017	26/04/2018	Não foi definido/exigido nível de escolaridade para os trabalhadores contratados.	(A)
Observações:						
Legenda						
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.						